



Há 40 anos, precisamente em 15 de janeiro de 1981, 43 representantes de IPSS rubricaram no Porto o documento instituidor da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que, 22 anos depois, viria a assumir o nome que melhor identifica a sua realidade de sempre: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS). Um desses representantes era o Cónego Orlando Mota e Costa que seria o seu primeiro presidente e que faleceu no dia 25 de novembro de 2020.

Desde a sua fundação, a UIPSS/CNIS foi aprofundando as suas marcas identitárias: capilaridade, caridade, cidadania, cooperação, gratuidade, opção preferencial pelos mais carenciados, proximidade, solidariedade, subsidiariedade e... muito voluntariado, com muito engenho e com muita arte!

Por sua vocação, a CNIS é o espelho do dom de muitos corações, da presença por todo o território nacional e do afeto da proximidade. Assim, há sempre portas que diariamente se abrem e há sempre corações a palpitar. Para o serviço ao próximo que carece de acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, para o alojamento social de emergência, para o apoio domiciliário, para cantinas sociais, para casas abrigo, para centros (de acolhimento, de convívio, de dia, de noite e de residência para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes), para o apoio familiar e aconselhamento parental, para centros comunitários e protocolares, para atividades ocupacionais e de tempos livres, para tantos e tantos serviços às pessoas, privilegiando os mais carenciados...

Hoje, a CNIS congrega 2 Federações, 3 Uniões Regionais, 18 Uniões Distritais e 3.026 Instituições Particulares de Solidariedade Social. De origem e natureza tão diversificada como Associações, Cooperativas e Fundações de Solidariedade Social, Casas do Povo, Centros Sociais Paroquiais, Institutos de Organização Religiosa, Misericórdias e Mutualidades. Com pessoas de todas as confissões religiosas e com pessoas sem opção crente.

A CNIS tem como grande objetivo implementar e desenvolver uma Estratégia de apoio e robustecimento das organizações, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos e do restabelecimento da sua dignidade como pessoas.

A importância de identificar constrangimentos e oportunidades a nível local que leve a uma tomada de decisões fundadas no conhecimento da realidade e promova o trabalho em rede, em parceria entre os vários sectores, solidário, social, empresarial, autárquico e outras organizações locais, visa combater a exclusão e promover a coesão social e territorial.

A participação e o envolvimento de todos permite que estas organizações sejam polos de desenvolvimento local. Só uma metodologia de investigação/ação permite atingir os objetivos traçados.

A intervenção no domínio da solidariedade social visa facilitar a mudança, o desenvolvimento, valorizando e recolhendo a aprendizagem das organizações e das comunidades. É necessário conhecer para intervir e compreender para mudar adequando as organizações às reais necessidades das populações - razão fundante da sua existência.

A CNIS, como Confederação Nacional, tem o dever maior de participar na conceção e implementação das Políticas Públicas que vão ao encontro do cidadão e lhe permitam por si exercer os seus direitos de cidadania.

Combater a indiferença, o absentismo e o imobilismo é Missão da CNIS e das organizações que representa. Defender a dignidade humana promover o crescimento integrado e integral de todos para todos é o rosto de uma Confederação que deseja e quer um País que aposte no que de melhor tem - o seu Povo.

Aos fundadores da UIPSS/CNIS, a todos os dirigentes da UIPSS/CNIS que entusiasticamente têm dado continuidade a um projeto sonhado e concretizado, aos utentes das IPSS que são a sua verdadeira razão de ser e a todos os trabalhadores que se entregam de alma e coração aos que dos seus serviços carecem, a vénia de gratidão.

**LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS**

**José Leirião**  
Membro da CNIS



# A Prenda de Natal

Para responder à mais profunda crise desde a segunda guerra mundial, a União Europeia, após alguns fracassos devido à oposição de alguns Estados Membros, dotou-se de um tipo de Plano Marshall europeu, isto é, um pacote de 1.8 biliões de euros destinados à recuperação económica de todo o espaço europeu, dotando o orçamento plurianual (2021-2027), o valor de 1.07 biliões destinado e 750 mil milhões destinados ao programa “Next Generation EU”. Este financiamento do Fundo de Recuperação é financiado por dívida comum contraída pela Comissão Europeia nos mercados financeiros em nome

dos vinte e sete Estados Membros. Mais de metade da verba, 390 mil milhões, a ser destinada aos Estados Membros a “fundo perdido”. Portugal vai receber mais de 45 mil milhões de euros e as apostas na recuperação em Portugal vão para a criação de respostas sociais, como a aposta no Serviço Nacional de Saúde, na Habitação e no Emprego, através de mais investimento em competências destinando-se esse valor ao chamado Fundo de Recuperação e Resiliência.

De acordo com o primeiro esboço entregue por Portugal a Bruxelas, as áreas das vulnerabilidades e do potencial produtivo e do emprego

são aquelas a que o governo vai alocar mais verbas comunitárias, num total de mais de 5.6 mil milhões de euros.

Será que no campo das “vulnerabilidades sociais” caberão as IPSS que se encontram na sua grande maioria descapitalizadas em virtude de vários anos de comparticipações financeiras do Estado insuficientes no reforço às várias valências de responsabilidade das IPSS, que, como sabemos, actuam como subsidiárias do Estado no que respeita aos cuidados sociais da população?

Esperemos que sim.  
Bom Ano Novo.

## ANO DA PANDEMIA

# Solidariedade.pt regista recorde de afluência em 2020

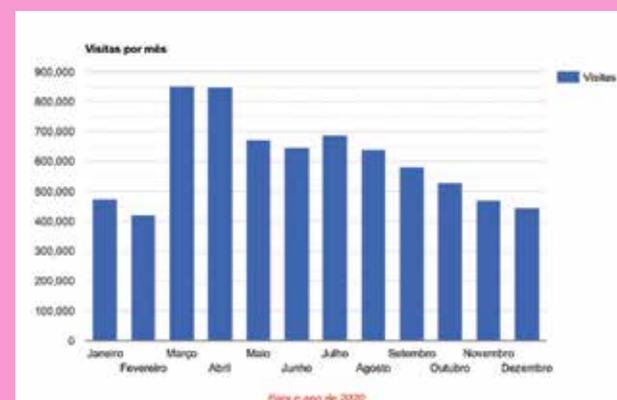
O site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt) registou em 2020 um recorde de visitas. Foram cerca de 7,3 milhões no ano da pandemia de covid-19. A relação é bem evidente. Basta olhar para os meses de março (851 mil) e abril (848 mil), o período da chegada e proliferação do vírus SARS-Cov-2 em Portugal. Foram os meses de maior requisição informativa e acompanhamento das medidas anunciadas pelas autoridades de saúde, políticas e sectoriais.

Daí que não seja de estranhar que as notícias publicadas no site do Solidariedade relacionadas com informações práticas sobre a covid-19 e as IPSS tenham tido uma procura extraordinária. Assim, “Recomendações do Instituto da Segurança Social para as IPSS” em março e “CNIS alerta: Layoff simplificado sem aplicabilidade prática nas IPSS”, em abril foram as notícias mais consultadas. No total do ano a notícia “Recomendações do Instituto da Segurança Social para as

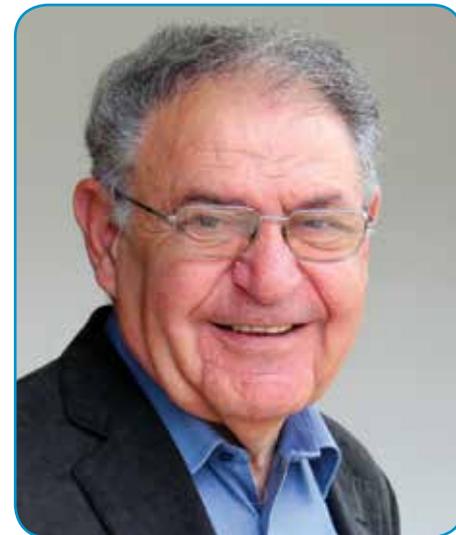
IPSS” teve 65 mil leituras; seguida de “CNIS e Governo preparam medidas específicas para as IPSS” e “Dirigentes de todos o país reconhecem empenho e dedicação: Profissionais das IPSS estão a ser uns heróis”.

Como seria de esperar, a frequência da página no Facebook do site do Solidariedade também registou um incremento de visitas, seguidores e interações. E foi exatamente a reportagem “Dirigentes de todos o país reconhecem empenho e dedicação: Profissionais das IPSS estão a ser uns heróis”, publicada a 7 de abril, que mereceu a maior atenção. A publicação foi partilhada nada mais nada menos que 502 vezes.

Estes números demonstram também a utilidade e importância da comunicação social em tempos de crise, realçando a importância de uma informação credível, confiável e actual, sem cedências a uma precipitação imposta pelo ritmo artificial do consumo de conteúdos.



**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Pandemia. Vacinação. Presidenciais.

**1.** Antes das festas da quadra natalícia, verificava-se uma tendência de descida da epidemia de COVID-19 em Portugal. Tendência, porém, que não se consolidou. Pelo contrário: confrontamo-nos agora com um número de contágios e de óbitos diários bem superior. Sobretudo na comunidade. Não tanto, porém, nos Lares, onde, se em 31 de Dezembro havia 321 surtos ativos, agora somam-se-lhes “somente” mais 12 (registra-se um surto quando há 2 ou mais pacientes).

Não se diferenciando a natureza dos Lares (sector social solidário, privados ou não legalizados), segundo informações avaliadas pela Segurança Social, se até ao último dia do ano se tinham realizado 65.000 testes, até então tinha havido 5.955 utentes e 2.308 trabalhadores positivos. Até àquela data, com um acumulado de 1.923 óbitos em Lares (o que correspondia a 30,4% dos óbitos por Covid), Portugal era o país com menor percentagem comparativa; a Alemanha era o segundo país e, aí, atingia-se os 38%, enquanto nos outros países a percentagem comparada de óbitos em Lares por Covid ia subindo, chegando aos 63% na vizinha Espanha.

Se, comparativamente com o que se passa noutros países congéneres, no que aos Lares diz respeito, estejamos menos mal, no sector social e solidário – e não só – continua-se a sofrer com um doente e a chorar uma morte, pelo que não se pode baixar a guarda. Sem exultar, devemos mesmo reforçar a guarda: se não fosse por outras razões – mas há muitas – até para não interromper o processo de vacinação.

**2.** Apesar dos sinais contraditórios, a “janela de esperança” abriu-se com o início da vacinação contra o Covid-19: pelas 15h15, do dia 4 de janeiro, na Casa do Idoso de São José das Matas, no concelho de Mação, Celeste Heleno, uma senhora com 100 anos, foi vacinada. Na primeira semana de vacinação nos Lares foi a primeira de cerca de 12.000 de um primeiro conjunto de Lares dos 25 concelhos com risco de contágio mais elevado. Na 2ª semana de Janeiro mais pessoas de um segundo conjunto de mais 59 concelhos com risco de contágio muito elevado do espaço continental estão a ser vacinadas. No total, utentes e colaboradores de Lares de 84 concelhos das várias regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) são vacinados até ao dia 15 de Janeiro. No espaço continental, porque nas regiões autónomas o processo também já arrancou mas “num sistema



autónomico”. Outros conjuntos de concelhos serão estabelecidos para as semanas seguintes. Poderão surgir eventuais adiamentos porque os Lares em que se verificarem surtos aguardarão por uma data posterior até que seja dado tempo para ultrapassar com segurança a situação.

Espera-se que, ao perfazer um ano sobre a primeira medida adotada contra a progressão do Covid (cancelamento de visitas a Lares, em 6 de Março), seja completada a vacinação nos Lares.

O anunciado programa de vacinação em Portugal prevê três fases.

Numa primeira fase serão vacinadas cerca de 950 mil pessoas. O grupo prioritário é o das pessoas com 50 ou mais anos e com patologias associadas, profissionais e residentes em lares e unidades de cuidados continuados, profissionais de saúde que prestem cuidados diretos no âmbito da pandemia e forças de segurança.

Numa segunda fase, será dada prioridade a pessoas com mais de 65 anos sem patologias associadas e pessoas com mais de 50 anos, mas com outras doenças associadas, como diabetes, neoplasias, entre outras, estimando-se que sejam abrangidos cerca de 1,8 milhões de cidadãos.

A terceira fase englobará o resto da população.

A vacinação é universal, gratuita, facultativa e vivamente aconselhada. Mas não é previsível que a imunidade de grupo seja alcançada antes do curso

do segundo semestre do ano.

**3.** Nos Lares estão pessoas. Pessoas normalmente frágeis. Provavelmente com um histórico de saúde atormentado. Pessoas que, de muitas formas e por vezes com meios muito escassos, contribuíram para a sociedade que hoje somos. Pessoas que são cidadãos de pleno direito e com direito ao uso da cidadania. Nos Lares ultrapassaram um longo período em que até qualquer visita lhes foi vedada. Contaram, é certo, com dedicações inextinguíveis de dirigentes e de trabalhadores – sem isso não teriam vencido as dores do confinamento. Vivem, merecem viver e querem viver. E quando lhes foi explicado que o Natal na família acarretaria riscos, porque acima de tudo querem viver, compreenderam e mantiveram-se nos Lares, que adotaram como casas familiares.

São portugueses. Não compreenderiam que agora lhes fosse vedado o direito de participar na escolha daquele ou daquela que querem como presidente de todos os portugueses. Quando optaram pela manutenção nos respetivos Lares para não correrem riscos, não compreenderiam que os tivessem agora de enfrentar para exercerem o seu direito de voto.

Louva-se que o Governo esteja, como está, a preparar um quadro legal que, nestas eleições presidenciais, permita aos idosos votarem nos respetivos Lares.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

# Assembleia Geral da CNIS ainda sem data definitiva

Inicialmente agendada para o dia 28 de novembro, a Assembleia Geral da CNIS fora adiada «sine die», mas havia a esperança dos dirigentes em realizá-la dia 16 de janeiro, um dia depois do 40º aniversário da Confederação.

No entanto, a situação pandémica neste arranque de ano novo continua a levantar grandes dúvidas sobre a exequibilidade da sua realização, admitindo-se a hipótese do dia 27 de março.

Se inicialmente se considerou que, apesar de, “do ponto de vista formal”, as restrições não seriam bastante para impedir a realização da Assembleia Geral, “no entanto, do ponto de vista material, a limitação do acesso a associados de um único concelho à reunião de uma Assembleia Geral de uma confederação de nível nacional feriria, na minha perspetiva, o princípio da proporcionalidade, sendo suscetível de impugnação vitoriosa por parte de quem, tendo, em abstrato, direito a participar na assembleia, visse esse direito concretamente esvaziado por inibição de ordem pública, constante de diploma legislativo, que o impediria de aceder ao local da realização da assembleia”, podia ler-se no parecer elaborado pelo assessor jurídico Henrique Rodrigues, a pedido do presidente da Direção da CNIS, padre Lino Maia.



Já para a nova data aventada, e perante a incerteza sobre as medidas que o Governo irá tomar para os próximos dias, foi opção do presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos

Batalha, voltar a adiar a realização da Reunião Magna, “até estarem reunidas condições que permitam fazer uma convocatória sem correr o risco de, à última hora, ter de a desconvocar”.

## CONTACTO DEVE SER FEITO POR EMAIL

### Gabinete de Auditoria pronto para apoiar instituições associadas

A Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS) divulga a prestação de serviços de apoio por parte do seu Gabinete de Auditoria, com objetivo de elaboração de relatório económico-financeiro e assessoria estratégica e operacional a instituições associadas.

O trabalho do Gabinete de Auditoria incluirá visita e reunião com a Direção da instituição associada, apresentação do relatório e proposta de medidas a adotar para garantir a qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade financeira da IPSS.

Para efeitos de candidatura ao apoio do

gabinete, a instituição associada deverá enviar um email para [gabineteauditoria@cnis.pt](mailto:gabineteauditoria@cnis.pt), enunciando no título do email «CNIS, Gabinete de auditoria e nome da Instituição», disponibilizando uma pessoa responsável para ser contactada no prazo de 24 horas.

[WWW.SOMOSIPSS.PT](http://WWW.SOMOSIPSS.PT)

## Fazer crescer a plataforma é o grande objetivo

São já cerca de uma centena as instituições que aderiram à plataforma «Somos IPSS», mas a CNIS continua a apelar às instituições associadas que adiram, especialmente agora, que a componente dos indicadores a analisar está em fase final de testes.

Esta é uma oportunidade que as instituições têm de usufruírem de um website institucional, que lhes proporcione uma maior aproximação com a comunidade, divulgar as suas áreas de intervenção, bem como a partilha de outras informações que lhes permitam, por um lado, cumprir com as obrigações legais, e, por outro, disseminar as suas boas práticas e o seu impacto social.

Esta plataforma está enquadrada no «Projeto TFA - TheoFrameAccountability – Quadro teórico para a promoção da accountability (prestação de contas) no sector da economia social: o caso das IPSS», promovido pelo ISCA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração), da Universidade de Aveiro, em parceria com a CNIS, o ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto) e o ISCAC (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra), tendo como objetivos:

- Desenvolver uma plataforma tecnológica que permita às IPSS que não disponham de website a divulgação online da prestação de contas a

que são obrigadas e de outra informação voluntária que cubra os aspetos sociais e económicos da sua atividade ([www.somosipss.pt](http://www.somosipss.pt));

- Desenvolver uma estrutura de indicadores que permita à própria instituição, aos stakeholders e ao sector da economia social fazer uma avaliação da atividade das IPSS nas suas dimensões social, ambiental, financeira e económica;

- Dar início à elaboração de um anuário financeiro que permita fazer a avaliação do desempenho das IPSS.

Desenvolvida a plataforma tecnológica, é agora chegado o momento de adesão das instituições. Saiba mais sobre [www.somosipss.pt](http://www.somosipss.pt).

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

# Calendário 2021 para homenagear os «Super-heróis sem capa»

A Fundação AFID Diferença lançou mais um calendário para 2021, desta feita «Super-heróis sem capa», de tributo a todos os profissionais que, de forma altruísta, estiveram e continuam a estar na linha da frente durante a pandemia de Covid-19.

O calendário conta com a participação de Cristina Ferreira, madrinha da Fundação AFID, como figura de capa, representando todos os profissionais da comunicação e entretenimento, que, para além de informarem, acompanharem e distraírem toda a população, deram voz a todos os outros profissionais que ajudam a população diariamente.

Cada mês é dedicado a cada um destes profissionais, aparecendo, assim, colaboradores da Fundação AFID Diferença e profissionais do INEM, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, de enfermagem e da saúde, da GNR, dos bombeiros, dos supermercados e minimercados, das farmácias, dos serviços municipalizados, de medicina, de padaria e pasteleria e, finalmente, da PSP.

“Depois de um ano como o que passou, nada faz mais sentido do que homenagear aqueles que, diariamente, estiveram na linha da frente, para garantir a segurança da população, os



seus cuidados de saúde, o seu bem-estar físico e emocional”, sustenta Domingos Rosa, presidente da Fundação AFID Diferença.

As fotografias foram realizadas em contexto real, pelo fotógrafo André Boto, e contaram com a disponibilidade e colaboração total de todas as instituições representadas, contando ainda com a presença do Chef Vítor Sobral como padeiro.

O calendário está disponível na sede da instituição, no site da Fundação AFID Diferença e no site [www.comprasolidaria.pt](http://www.comprasolidaria.pt), pelo valor de

1,5€, como forma de donativo.

Por outro lado, a Fundação AFID já havia lançado o Calendário Solidário 2021 Quinta das Águias, que celebra a missão de proteção animal e promoção de bem-estar com a ajuda de 14 artistas, e das suas magníficas obras, que espelham as suas interpretações da causa animal.

O calendário pode ser usado numa secretária ou na parede e conta com trabalhos dos artistas Ana Aragão, Aurélie de Sousa, Brígida Machado, Carlos Farinha, Joana Vasconcelos, Inês Antunes, Isabel Lhano, Joana Avillez, Kruella D'Enfer, Lara Luís, Margarete Barbosa, Patrícia Figueiredo, Pedro Lourenço, Wasted Rita Design Gráfico: Cláudia Costa, Mariana Caetano e Marta Caetano.

A Quinta das Águias é uma associação parceira e amiga da Associação Animais de Rua. Trata-se de uma quinta em Paredes de Coura, que tem como um dos seus objetivos ser santuário e refúgio para animais em necessidade.

O preço do calendário é de 7,75 euros e reverte na íntegra para a Quinta das Águias, podendo o calendário ser encontrado no site [www.comprasolidaria.pt](http://www.comprasolidaria.pt).

## UDIPSS GUARDA

### Lista de continuidade eleita a 16 de dezembro

No passado dia 16 de dezembro realizaram-se as eleições na UDIPSS Guarda para o quadriénio 2021-2024, que contou com uma lista única, liderada pelo já presidente da Direção Rui Reis.

Os novos órgãos sociais da UDIPSS Guarda são:

Assembleia Geral - Acácio Martins Tavares (Comissão de Melhoramentos de Videmonte), Joaquim Fernandes Ricardo (Liga Amigos Aldeia de Santo António), Beatriz Jesus Pissarra Luís Crespo (Associação Melhoramentos C.R. Vila Garcia);

Conselho Fiscal - Carlos Alberto Lage (Centro Paroquial da Sé), Eduardo Manuel Cabral Tavares Carvalho (Fundação Aurora Borges), Basílio Assunção Firmino (Instituto Maria Carmo Lacerda Faria);

Direção - Rui Manuel Reis Pais (Fundação Laura Santos), Ângelo Miguel Martins (Centro Paroquial N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Conceição), Isabel Maria Oliveira Monteiro (Associação Amigos de Peva), Maria Rosaria Júnior Santos (Centro Dia e Lar Santana de Azinha) e Paulo Jorge Caçote Gabriel (Casa da Freguesia de Escalhão).

## UDIPSS COIMBRA

### Gil Tavares é o novo presidente da Direção

No passado dia 29 de dezembro de 2020, decorreu o ato eleitoral para os órgãos sociais da UDIPSS Coimbra para o quadriénio 2021/2024, do qual resultou a eleição da lista única candidata, liderada por Gil Tavares.

Assim, para o próximo quadriénio, os corpos sociais da UDIPSS Coimbra são:

Assembleia Geral - Horácia Jordão Ferreira Vaz Pedrosa, Maximino Godinho de Moraes e Brigitte Valério Pinto;

Direção - Gil Manuel Alves Tavares, José da Costa Carvalho, Rogério Francisco de Sousa Gomes, Rogério Simões Martins, José Augusto Azenha Marques e os suplentes José Maria Maia Gomes, Sérgio da Cunha Velho e Maria José Falcão;

Conselho Fiscal - Horácio José Campos da Paz Santiago, Ana Isabel Violante da Cruz, Mário Morgado Cupido e os suplentes Cândido Teixeira Reis e José Carlos Lopes Queiroz.

## UDIPSS SANTARÉM

### Direção de Sónia Lobato sucede à demissionária de Hilário Teixeira

Cerca de um ano durou o mandato dos anteriores órgãos sociais da UDIPSS Santarém, em virtude da demissão da Direção presidida por Hilário Teixeira por falta de quórum, após a demissão de quatro dos seus membros.

Na sequência do ato eleitoral que decorreu no passado dia 9 de janeiro, a lista única liderada por Sónia Lobato está mandata para exercer funções de dirigir a União escalabitana.

Os novos órgãos sociais são:

Mesa da Assembleia Geral - Helena Carona (Incluir), Carla Nunes (CBESFS) e Dulce Mota (RUTIS);

Direção - Sónia Lobato (LENE), Teresa Santos Costa (CBESZA), José Carlos Rodrigues (CBESVF), Vera Ribeiro (AMBESP), Cláudio Rodrigues (CSPSJB) e os suplentes João Filipe (ASSNSDO) e Antonina Oliveira (CSPE);

Conselho Fiscal - António Mor (CSP), Luís Amaral (APPACDM) e António Veiga (CSPNSO).

PLANO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

# A vacina da esperança está a chegar aos lares de idosos



A Casa do Idoso de São José das Matas, no concelho de Mação, foi o primeiro lar em que utentes e funcionários foram vacinados contra a covid-19. O plano cumpriu-se, até meados de janeiro, em lares dos 25 concelhos com risco de contágio mais elevado onde cerca de 12 mil pessoas receberam a primeira dose da vacina. A meta é que no aniversário da chegada confirmada da SARS-Cov-2 a Portugal, em março de 2021, a vacinação nos lares esteja concluída.

O presidente da CNIS, Lino Maia, fez questão de estar em Mação para testemunhar o arranque da operação nos lares de idosos. Ao lado da ministra da Solidariedade, Ana Mendes Godinho, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade sublinhou o facto de ter sido uma utente de 100 anos a receber a primeira vacina.

“É um dia importante porque é um símbolo

da esperança. O grupo das pessoas com mais de 80 anos é um grupo que tem maior dependência, maior intensidade de contactos e, por isso, tem ainda uma incidência mais alta. Fazem parte do grupo prioritário e, como sempre defendi, neste caso não se pode diferenciar a natureza dos lares (sector social solidário, privados ou não legalizados).”

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, falou num “dia de grande esperança para todos”. Ana Mendes Godinho adiantou que o plano de vacinação dos Lares prevê que, em dois meses, sejam vacinadas 200 mil pessoas.

Conforme foi anunciado, o programa de vacinação em Portugal prevê três fases. Iniciou-se em 27 de dezembro nos hospitais, abrangendo os profissionais de saúde, e em janeiro de 2021 estendeu-se aos lares de idosos. A primeira fase do plano de vacinação, até final

de março, tem como grupo prioritário as pessoas com 50 ou mais anos e com patologias associadas, profissionais e residentes em lares e unidades de cuidados continuados, profissionais de saúde que prestem cuidados diretos no âmbito da pandemia e forças de segurança. Ao todo perto de um milhão de pessoas. Fora desta primeira fase da vacinação ficaram os lares com surtos ativos de covid-19.

A segunda fase arranca a partir de abril e inclui pessoas de idade igual ou superior a 65 anos e pessoas entre os 50 e os 64 anos de idade, inclusive, com pelo menos uma das seguintes patologias: diabetes, neoplasia maligna ativa, doença renal crónica, insuficiência hepática, hipertensão arterial, obesidade e outras doenças com menor prevalência que poderão ser definidas posteriormente, em função do conhecimento científico, estimando-se que sejam abrangidos cerca de 1,8 milhões de



cidadãos.

Na terceira fase será vacinada a restante população, em data a determinar. As pessoas a vacinar ao longo do ano serão contactadas pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

De acordo com a ministra da Saúde, haverá 22 milhões de doses disponíveis. A vacinação é universal, gratuita e facultativa. Prevê-se que imunidade de grupo seja alcançada apenas no início do segundo semestre do ano.

Segundo o Ministério da Saúde, setenta mil pessoas tinham sido vacinadas contra a covid-19 em Portugal continental.

É possível acompanhar o plano de vacinação uma vez que o Ministério da Saúde disponibiliza plataformas em que os portugueses podem acompanhar o processo. Qualquer pessoa pode monitorizar a execução do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 através dos sites <https://www.sns.gov.pt/monitorizacao-do-sns/vacinas-covid-19/>, <https://covid19.min-saude.pt/ponto-de-situacao-atual-em-portugal/> e <https://covid19estamoson.gov.pt/estado-epidemiologico-covid19-portugal/>.

A atualização será semanal.

## À ESPERA DA VACINA

Com uma visibilidade mediática, porventura exacerbada, os lares de idosos têm respondido com competência aos surtos de covid-19. Segundo dados da Segurança Social, foram feitos 65 mil testes no ano passado, tendo havido mais de 8,2 mil casos positivos, entre trabalhadores e utentes. Desde que a pandemia começou e até ao dia 10 de janeiro já morreram 2254 idosos institucionalizados em lares, segundo o balanço da Direcção-Geral da Saúde (DGS).

Entre os óbitos acumulados desde o início da pandemia, a maior parte (883) ocorreu na região de Lisboa e Vale do Tejo, no Centro (com 600 casos mortais) e no Norte (591 casos). No Alentejo, houve 161 mortes entre os idosos institucionalizados em estruturas residenciais e 19 no Algarve.

Para o presidente da União Distrital das

Instituições Particulares de Solidariedade Social de Évora o elevado número de surtos ativos de covid-19 em lares de terceira idade no Alentejo é um reflexo dos níveis de infeção na comunidade. Tiago Abalroado salientou a “dificuldade do sistema” para responder a todas as solicitações, no momento, mas estabeleceu uma correlação entre os casos existentes na comunidade e os surtos ativos em lares da região.

Segundo o dirigente, a pandemia “atingiu uma situação muito preocupante” no Alentejo, onde se torna quase impossível evitar a entrada do novo coronavírus nos lares, apesar de todas as instituições terem “tomado todas as medidas preventivas”.

Relativamente à campanha de vacinação, Tiago Abalroado mostrou-se expectante para “ver se é possível” cumprir a meta apontada pela ministra da Saúde, Marta Temido, de ter todos os utentes de lares vacinados no início de março, até por causa dos surtos ativos. “Temos informação de que todas as instituições já foram contactadas para enviar as listagens de colaboradores e utentes a vacinar e de que a grande maioria já as enviou ao Ministério da Saúde. No entanto, agora, caberá às estruturas de saúde definir o calendário.

Entretanto, a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) da Guarda pediu celeridade na vacinação dos idosos acolhidos em unidades da região, face ao aparecimento dos últimos surtos de infeção por covid-19.

O presidente da UDIPSS da Guarda, Rui Reis, pediu “celeridade na vacinação em face daquilo que é a realidade do interior do país e com base nos últimos surtos registados no distrito”, destacando os casos mais recentes ocorridos em lares de idosos dos concelhos de Mêda, Pinhel e Fornos de Algodres.

“Seria importante que fosse dado mais ênfase ao interior, pelo grande número de idosos que existem nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Quer a Segurança Social, quer a Saúde fizeram o levantamento e

estão a pedir dados [sobre o número de utentes e de funcionários de cada instituição de apoio a idosos do distrito da Guarda], mas era importante que as vacinas viessem para o terreno”, disse o dirigente.

Com mais de 500 instituições associadas, em que cerca 380 têm estruturas residenciais para idosos (ERPI), a União Distrital das IPSS de Lisboa reforçou que o balanço relativamente à capacidade de resposta à pandemia da covid-19, em particular nesta segunda vaga, é “muito positivo”, reiterando a importância dos colaboradores, por “prestarem um serviço absolutamente fantástico à sociedade”.

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de Lisboa faz “um balanço muito positivo” da resposta à covid-19, em particular nos lares de idosos, destacando o trabalho “absolutamente fantástico” dos colaboradores, apesar do “extremo cansaço”.

“Daquilo que me é dado conhecer, não temos assim tantas situações tão problemáticas como, infelizmente, tem acontecido um pouco por todo o país, de qualquer forma já tivemos muitas situações e, infelizmente, com mortes”, afirmou o presidente da União Distrital das IPSS de Lisboa, José Carlos Batalha.

A presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade de Leiria também considera que as IPSS souberam responder à pandemia de covid-19, mas alertou para o esgotamento dos recursos humanos afetos aos lares de idosos. “Em relação aos lares, estas estruturas residenciais nunca foram fechadas. As IPSS souberam gerir muito bem, fizeram equipas em espelho, redefiniram horários e serviços e os moldes em que os faziam. A maior consequência é o esgotamento dos recursos humanos. As pessoas estão cansadas, física e psicologicamente”.

Carla Verdasca adiantou que foram registados, entre as 138 IPSS associadas da União Distrital de Leiria, “casos isolados de covid-19 e surtos, infelizmente com perdas”, salientando que estas instituições “continuam aptas a corresponder e a combater a pandemia”.

A presidente da União Distrital das IPSS de Leiria deseja agora que os idosos “sejam todos vacinados” contra a covid-19, defendendo que as pessoas “com mais de 65 anos deviam ser prioritárias na vacinação, independentemente de haver ou não patologias associadas”.

“O que eu desejo é que as vacinas tragam esperança de que já faltou mais para isto terminar. Acredito que vamos andar com muito medo durante muito tempo, mas para mim a vacina tem muito a palavra esperança”, adiantou.

Há cerca de 100 mil utentes institucionalizados nas 2520 instituições residenciais para idosos existentes no país. daquelas, 1673 pertencem à chamada rede social solidária (misericórdias e instituições particulares de solidariedade social, com quem o Estado estabelece acordos de cooperação) e 847 à rede lucrativa. Fora desta contabilidade estão os lares ilegais, cujos utentes são igualmente abrangidos pela vacinação.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO AVALIA COVID-19 NAS INSTITUIÇÕES

# Estudo retrata situação das IPSS e problemas decorrentes da pandemia

Retratar a situação das IPSS portuguesas, registando e dando visibilidade aos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19 foi o ponto de partida para dois investigadores da Universidade Católica do Porto e resultou num estudo, ainda em fase final de elaboração, que, apesar de reportar a um período muito específico de tempo, evidencia a persistência de problemas antigos e, nalguns casos, o seu agravamento, mas também releva muitas das virtudes das IPSS e o fundamental papel que desempenham na sociedade portuguesa. O trabalho, mais qualitativo do que quantitativo, sublinha ainda as necessidades de reforço de financiamento e de recursos humanos, maior cooperação institucional, com o Estado e congéneres, e de reconhecimento do sector pela sociedade.

Na sequência do primeiro estado de emergência a que Portugal esteve sujeito em março de 2020 e do decorrente do confinamento geral do país, pomposamente denominado de isolamento profilático voluntário, os docentes Filipe Pinto e Filipe Martins, da Universidade Católica Portuguesa, do Porto, viram parte da sua atividade direta com as IPSS interrompida.

As diversas formações, em vários pontos do país, foram suspensas e os dois docentes, que integram a ATEs – Área Transversal de Economia Social, decidiram avançar para a composição de um retrato das IPSS em tempo de pandemia, socorrendo-se dos depoimentos dos seus formandos, na esmagadora maioria dirigentes de IPSS.

A intenção foi, através de uma iniciativa solidária dos investigadores e da própria Universidade Católica, dar visibilidade aos problemas decorrentes da pandemia.

“O impacto que a pandemia estava a ter e também a grande invisibilidade que existia durante o grande confinamento de março e abril, do sector social, pois não se sabia o que se estava a passar e o que se sabia eram más notícias, levou-nos a tentar contribuir, até porque, como estamos próximos das IPSS, sabíamos que o que se estava a fazer no terreno era muito mais rico, mais importante e de valorizar do que o que vinha cá para fora”, revela Filipe Martins.

“Os dois grandes objetivos foram, por um lado, mapear o que foi a pandemia na vida das instituições e dos seus beneficiários e, depois, esta preocupação de dar visibilidade ao seu trabalho e dar algum contributo para saber quais as dificuldades e também as estratégias e dinâmicas que implementaram”.

Das conversas informais com esses dirigentes/formandos, os dois investigadores elaboram um curto questionário, em que de uma forma mais qualitativa do que quantitativa se pudesse fazer um retrato dos efeitos da pandemia nas instituições associadas da CNIS.

Salvaguardando que a imagem que o estudo reflete refere-se à primeira fase da pandemia, sabendo-se que estamos a entrar numa nova



situação extremamente grave, os investigadores recolheram respostas de 329 instituições, inquérito que durou do fim de junho ao dia 30 de julho de 2020, “uma altura em que já se estava em desconfinamento e de acalmia, mas as respostas reportam-se ao período anterior”, ressalva Filipe Martins.

Sobre a amostra, Filipe Pinto sustenta que “é extrapolável para o universo das instituições associadas da CNIS”, já para o todo nacional “é mais sensível”.

A amostra representa todos os distritos do território continental, com especial incidência nos distritos do norte do país: Porto (66 IPSS), Braga (37), Aveiro (36), Lisboa (35), Leiria (29), Coimbra (20), Santarém (19), Faro (9), Guarda (8), Évora (8), Castelo Branco (8), Bragança (7), Portalegre (6) e Beja (3).

“Tendo em conta a amostra, encontramos algum conforto para tirarmos algumas ilações importantes”, sustenta Filipe Pinto, numa altura em que o trabalho de fundo de análise dos dados ainda estava grandemente por realizar.

Mesmo assim, os investigadores aceitaram falar ao SOLIDARIEDADE, dando conta do trabalho já realizado.

Apesar do tratamento estatístico, o estudo tem uma vertente mais qualitativa do que quantitativa.

“Este é um estudo misto, mas com predomínio qualitativo”, começa por dizer Filipe Martins, explicando: “Podemos quantificar um conjunto de elementos, mas sempre baseados na perceção de quem está a responder e não em elementos objetivos, como os financeiros ou de números de utentes. E há um conjunto de perguntas abertas para que as instituições dessem detalhe descritivo e qualitativo nas respostas. O que queríamos era auscultar, mais do que aferir ou avaliar. Queríamos auscultar quem está no terreno para que nos dissesse o que é que se estava a passar, do que é que precisava e o que espera”.

Assim, os investigadores elaboraram um questionário que desse resposta aos quatro principais objetivos do estudo:

- Mapear as medidas de contenção adotadas pelas IPSS portuguesas para fazer face à



pandemia de Covid-19 e identificar os seus impactos na gestão e na atuação das IPSS;

- Caracterizar os impactos da pandemia de Covid-19 nas necessidades dos beneficiários das IPSS;

- Sistematizar e dar visibilidade aos recursos (materiais, humanos, institucionais) mobilizados e às respostas inovadoras adotadas pelas IPSS para fazerem face às necessidades (permanentes ou novas) dos seus beneficiários;

- Identificar as necessidades das IPSS portuguesas para responder ao momento atual de combate à pandemia de Covid-19.

Num superficial olhar aos resultados do estudo, fica, desde logo, na retina que, mesmo nos momentos mais difíceis, e a pandemia tem sido seguramente o período de tempo mais difícil na vida coletiva das IPSS, as instituições demonstram uma enorme resiliência, uma capacidade de adaptação extraordinária, um abnegado voluntarismo

e espírito de solidariedade, uma imensa criatividade e capacidade de se reinventarem e uma força que parece não ter fim, apesar do grande cansaço reportado.

Assim, como deram conta os dois investigadores da Católica, quanto às medidas de contenção adotadas pelas instituições e o impacto que tiveram nas suas gestão e atuação, é possível aferir que houve “flexibilidade e rapidez na adaptação à nova realidade” e ainda “flexibilidade na gestão de pessoas, com empenho dos próprios colaboradores”.

Sim, por exemplo, sabe-se que foram muitos os trabalhadores que fizeram turnos de duas semanas, pernoitando nas instituições para assim melhor se protegerem e aos utentes, tal como muitos trabalhadores de respostas encerradas como creches foram ajudar nas outras que permaneceram em funcionamento.

No que toca à segunda dimensão do estudo, ou seja, os impactos nos utentes, o estudo revela

que as instituições têm “conhecimento direto dos problemas [que cresceram em várias vertentes]” e “estão próximas das populações”.

Para além disto, aponta o “isolamento e um conjunto de consequências de saúde psicológica” como os impactos mais significativos nos utentes, a que se juntam as “dificuldades económicas, resultantes do desemprego e do aumento das despesas no contexto familiar.

Os resultados indicam ainda, como impactos indiretos, “a sobrecarga dos cuidadores informais e dos pais”.

Aliás, “as instituições preveem que haja um aumento das dificuldades financeiras, do desemprego, dos problemas de saúde mental, da violência doméstica e dos maus tratos e negligência a crianças e jovens”, refere Filipe Pinto.

Já na terceira dimensão do estudo, “os três principais desafios apontados pelas IPSS para responder às necessidades dos seus

beneficiários, tendo em conta o gradual processo de desconfinamento, foram as dificuldades financeiras (62,6%), a falta de recursos humanos e/ou com competências suficientes (35,3%) e a implementação dos planos de contingência e manutenção da capacidade de resposta (33,1%)”.

E porque nas IPSS o trabalho é “de pessoas para pessoas”, não estranha que seja transversalmente referidas “a dedicação extraordinária e solidariedade dos trabalhadores das instituições, tal como das “comunidades, com a mobilização solidária e criativa de utentes, vizinhos e colaboradores”.

Também ressalta do estudo a “articulação com outras IPSS, municípios e entidades locais de saúde”, o que demonstra a grande capilaridade e espírito de cooperação das instituições sociais.

Quanto às necessidades para responder ao combate à pandemia de Covid-19, as instituições colocam à cabeça a questão dos “equipamentos de proteção individual e de produtos de higienização (86%)” e, depois, “o reforço de financiamento por parte do Instituto da Segurança Social ou outra entidade estatal (75,4%) e ainda o reforço de pessoal operacional da IPSS (49,2%)”.

No entanto, nesta dimensão cabe ainda uma vertente política, com as instituições a reclamarem um “aumento de financiamento e da cooperação interinstitucional com as instituições públicas da esfera social e da saúde”, um maior “trabalho em rede com instituições congêneres”, também a “valorização do pessoal técnico” e, por fim, exigem o “reconhecimento do sector por parte da sociedade”.

Em resumo, pode dizer-se que o estudo de Filipe Pinto e Filipe Martins, apesar de se debruçar sobre um período específico e datado, evidenciam, por um lado, problemas antigos, alguns deles agravados pela pandemia, mas também as virtudes de um sector, que nem a incerteza nem as dificuldades deste tempo pandémico fez esmorecer. Bem pelo contrário, como se vê nos encómios endereçados pelos dirigentes aos seus trabalhadores.

“É preciso ressaltar que pela altura em que o questionário foi enviado às instituições, já passada a fase mais crítica da primeira vaga da Covid-19 e já se estando a viver algum alívio, as respostas já carregam um pouco desse mesmo alívio. E se fosse agora, seguramente, algumas respostas seriam diferentes”, salvaguarda Filipe Pinto que, juntamente, com Filipe Martins, pretende terminar brevemente o estudo e apresentá-lo publicamente.

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ AO ÚLTIMO DIA DE 2020

# Mais de 1,8 milhões de mortos e cerca de 85 milhões de infectados

A pandemia do novo coronavírus fez mais de 1,8 milhões de mortos no mundo desde que a Organização Mundial de Saúde registou o aparecimento da doença na China no final de dezembro de 2019, segundo o balanço realizado pela agência France-Presse no final do ano de 2020.

Mais de 83.381.330 casos de infeção foram oficialmente diagnosticados desde o início da epidemia, dos quais pelo menos 52.534.200 são considerados curados.

O balanço é feito com base nos dados comunicados diariamente pelas autoridades sanitárias de cada país, excluindo as revisões posteriores das entidades responsáveis pelas estatísticas em países como a Rússia, Espanha e Reino Unido.

O número de casos diagnosticados reflete apenas uma fração do total de infeções, sendo

que uma parte dos casos é menos importante ou refere-se a situações assintomáticas. Há ainda a acrescentar o aumento generalizado da realização de testes, desde o começo da pandemia.

Deste o início da pandemia, o número de testes realizados aumentou fortemente e as técnicas de despistagem melhoraram, o que levou a um aumento das contaminações declaradas.

Os Estados Unidos são o país mais afetado pela pandemia, tanto em casos como em mortes, com 345.844 óbitos e 19.974.883 infeções registadas, segundo a contagem da Universidade Johns Hopkins.

Após os EUA, os países mais afetados são o Brasil (194.949 mortos e 7.675.973 casos), a Índia (148.994 mortos e 10.286.709 casos), o México (125.807 mortos e 1.426.094 casos), e Itália (74.159 mortes e 2.107.166 casos).

Entre os países mais duramente afetados, a Bélgica é o que regista mais mortes em proporção da sua população, com 168 mortes em cada 100.000 habitantes, seguida da Eslovénia (130), Bósnia (123), Itália (123) e Macedónia do Norte (120).

A Europa totalizava, até ao último dia de 2020, 574.012 mortes e 26.569.711 casos, a região da América Latina e Caraíbas 507.687 mortes e 15.569.105 casos, os Estados Unidos e o Canadá 361.440 mortos e 20.554.203 casos, a Ásia 219.371 mortos e 13.905.767 casos, o Médio Oriente 90.031 mortos e 3.992.072 casos, África 65.460 mortos e 2.759.404 casos e a Oceânia 945 mortes e 31.068 casos.

Este balanço é realizado a partir de dados recolhidos pelos correspondentes da France-Presse junto de entidades competentes e em informações da OMS.



## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL



 SOFTWARE LÍDER DE MERCADO, com características únicas no panorama nacional de software para o setor social.

 Ampla oferta de SOFTWARE PARA GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE.

 Acordo com a CNIS, parceria com 18 Unções Distritais de IPSSs, acordo com a REDEMUT e Fornecedor da UMP.

 ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES (94% de acordo com estudo realizado por uma consultora americana independente).

 VASTA EQUIPA DE APOIO aos utilizadores do software F3M.

[www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

conheça o plano de formação  
F3M Training Centre em [trainingcentre.f3m.pt](http://trainingcentre.f3m.pt)

PADRE JOSÉ MARTINS MAIA, FUNDADOR DA CNIS

# “Recordo esses tempos com a sensação de dever cumprido”

Criada a 15 de Janeiro de 1981, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social elegeu os seus primeiros corpos sociais oito dias depois, em Assembleia Geral realizada no Centro de Caridade da Nossa Senhora do Socorro, no Porto, com uma única lista a sufrágio, encabeçada pelo padre Orlando Mota e Costa.

A 17 de Novembro de 1984, no Centro Social de S. José, em Coimbra, a União elegeu Ernesto Marques Campos, o único laico a liderar a UIPSS.

O padre José Martins Maia, na Assembleia Geral de 6 de Fevereiro de 1988, realizada no Seminário Maior de Coimbra, foi eleito para o primeiro de cinco mandatos. Foram 14 anos de presidência que culminaram com a transformação da UIPSS em CNIS.

A 23 de Novembro de 2002, em Fátima, realiza-se uma Assembleia Geral extraordinária, com 278 instituições presentes, que aprova os Estatutos e a designação CNIS/UIPSS.

Nos dias 24 e 25 de Janeiro de 2003, o Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, acolheu o I Congresso da CNIS/UIPSS, no qual foram eleitos e tomaram posse os primeiros órgãos sociais da estrutura liderados pelo padre Francisco Pereira Crespo.

A 28 de Janeiro de 2006, no II Congresso da CNIS, é eleito como presidente o padre Lino Maia que se mantém na liderança da Confederação até hoje.

## Recorda-se da sua chegada à presidência da CNIS?

**Padre José Martins Maia** - Apesar de na altura não estar no país, estava em São Tomé e Príncipe, recordo que foi aqui no Porto que teve lugar a primeira reunião para a constituição da União das Instituições de Solidariedade Social. Foi o padre Marinho Cia, com o padre Orlando Mota e Costa, que faleceu recentemente, desde a primeira hora muito ligados ao movimento, que organizaram essa primeira reunião. As instituições foram-se associando, a sede ficou no Porto, até hoje. Teve vários dirigentes, como o padre Orlando que foi o primeiro presidente da União, depois o Dr. Ernesto e depois assumi eu a presidência e, de facto, estive alguns anos na liderança. Essa União transformou-se em Confederação em 2003. Eu andei por aí acompanhado de muitos outros dirigentes e recordo esses tempos com a sensação de dever cumprido. Vejo com agrado que ainda há no ativo muitos dirigentes com quem tive o privilégio de trabalhar. Demos um contributo, em boa hora, à solidariedade do país.

## Sente que deu a essa organização uma dimensão nacional com influência política?

Na altura fui-me apercebendo, nas reuniões em que participávamos, que havia uma certa conversa que não me agradava muito. Já na altura, se calhar mais do que agora, - ou talvez não, que isto agora também não está bom -, havia uma vontade dos organismos do Estado em pôr a pata, salvo seja, nas instituições de solidariedade. Houve necessidade de



defender sempre a autonomia das IPSS. O decreto-lei 119/83, era o decreto-lei pelo qual nos batíamos todos, exatamente por causa dessa dificuldade. Era uma tentação normal do Estado, e dos seus funcionários, que considerava que a participação financeira que tem nas despesas das IPSS em prol das comunidades, lhe dava o direito de mandar nas instituições. Foi uma luta dura e só ao cabo de muitos anos é que conseguimos o grito de Ipiranga para nos libertarmos gradualmente dessas garras dos funcionários, sobretudo da Segurança Social. Foi uma pedagogia que se fez e que levou à motivação das pessoas e instituições. Essa vontade de identidade e a fuga ao domínio do Estado congregou muita gente de muitas instituições do país que posteriormente contribuiu para a constituição da CNIS, uma forma superior de organização quer sedimentou várias conquistas ao nível político. Por exemplo, a conquista de um lugar no Conselho Económico e Social.

## Um dos instrumentos mais importantes foi o Pacto de Solidariedade que faz 25 anos. Lembra-se desse momento?

Se lembro... Esse pacto surgiu nesta onda crescente do reconhecimento das IPSS pelo valor do seu trabalho. Foi em Fátima numa Assembleia Geral para debater situações das IPSS, era primeiro-ministro António Guterres, com quem tínhamos estabelecido aproximações importantes, a ponto de ele ter ido a Fátima ouvir-nos exigir um estatuto próprio. Ele foi sensível e entendeu a importância do Pacto de Cooperação de Solidariedade Social que é uma espécie de Concordata que, independentemente de governos e ministros, era uma plataforma que reconhecia o papel das instituições e das suas organizações representativas, bem como outros

parceiros como as Misericórdias e as Mutualidades que também foram abrangidas.

## Esteve 14 anos à frente da União e promoveu a passagem para a CNIS. Desses tempos quem recorda como personagens importantes para este setor social solidário?

Foram muitas pessoas. Recordo o ministro Silva Peneda porque foi com ele que iniciámos esta batalha da autonomia das IPSS e da própria União e depois Confederação. Nós tínhamos uma boa relação, independentemente dos partidos no poder e dos governantes. Recordo Rui Cunha, um secretário de Estado muito empenhado na Cooperação, o próprio ministro Ferro Rodrigues... enfim, os governantes a princípio manifestavam desconhecimento do sector, mas depois entendiam os nossos propósitos e o diálogo era fácil. Houve alguns que não entenderam mas a vida é assim... Julgo que se conseguiu para as instituições um patamar de organização que acautela bem os seus interesses.

## Como avalia estes últimos anos da CNIS?

Tem conseguido os seus intentos. Houve vários dirigentes, concretamente o cônego Crespo e o padre Lino Maia. Quero aproveitar para dar uma palavra de muito apreço ao Lino Maia a quem, apesar da saúde bastante débil, reconheço o empenho, a inteligência e a estratégia. Fui muito bem substituído por alguém mais inteligente do que eu e com uma estratégia que se tem revelado adequada em tempos mais difíceis do que aqueles que eu passei. A liderança da CNIS tem estado à altura dos desafios.

15 DE JANEIRO – DIA DA CNIS

# Há 40 anos a ser o rosto e a voz de milhares de IPSS

No dia 15 de janeiro de 2021, a CNIS assinala 40 anos de existência e poucas dúvidas há de que desde o ano de 1981, o último ano foi o mais difícil para a Confederação, as instituições associadas, os utentes e trabalhadores das IPSS, aliás como para o todo coletivo português. O propósito das 43 instituições fundadoras, da então, União das IPSS era, acima de tudo, ser o rosto e a voz de milhares de IPSS que há muito asseguram a ação social no país. Com a mudança para CNIS, o propósito manteve-se, mas há lutas que persistem para que se alterem algumas das relações com o Estado. A sustentabilidade das instituições versus o subfinanciamento crónico do Sector Social Solidário é uma dessas lutas que persiste, mas que a CNIS insiste em ver terminada a contento de todos, em especial, das centenas de milhar de utentes e de trabalhadores que acolhem.



A 15 de Janeiro de 1981 era oficializada por escritura pública a União das Instituições Privadas de Solidariedade Social (UIPSS), a qual teve 43 outorgantes delegados de outras tantas instituições de todo o país.

Iniciava-se assim um novo capítulo no diálogo e na ação social em Portugal, consequência direta da aprovação das conclusões do II Congresso das Instituições Privadas de Solidariedade Social, no qual participaram 298 organizações, representativos de todos os distritos e das regiões autónomas, e que decorreu nos dias 14 e 15 de junho de 1980, no Porto.

“Porque, de facto, acreditamos no valor inegável das Instituições Privadas de Solidariedade

Social na melhoria das condições de vida do povo português, porque, de facto, esperamos continuar a contribuir para dar a Portugal mais justiça e mais solidariedade, anunciamos a todos que não desistiremos, não deixaremos de nos bater para que seja feita justiça a quem trabalha por amor aos Homens na construção quotidiana deste país”, afirmara o padre Marinho Cia no encerramento os trabalhos do II Congresso, depois de anunciar que chegara “o momento de institucionalizar a unidade das Instituições Privadas de Solidariedade Social através da constituição de uma União que seja o verdadeiro parceiro social com que o Governo dialogue. Parceiro social com voz e

voto sobre tudo o que à Solidariedade Social diga respeito”.

Ser o rosto e a voz de milhares de, à altura denominadas, Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) que por todo o país trabalham em prol da solidariedade social, sempre com o foco nos mais desfavorecidos e desvalidos da vida, era o propósito da novel organização, que pretendeu, desde início, aglutinar as IPSS, em toda a sua diversidade, não só para que a prossecução dos seus objetivos fosse assegurada de forma livre e autónoma, mas até para a própria sobrevivência das instituições, face às tentativas, diretas ou indiretas, de apropriação por parte do Estado.

No virar de século, a UIPSS consolidava-se e assistia a um aumento sustentado de filiações, contando cerca de duas mil.

No entanto, as dores de crescimento começavam a fazer-se sentir, exigindo mudanças estruturais na organização da União.

A complexidade da estrutura interna da União, assente em Órgãos Nacionais e Secretariados Distritais; o elevado número de instituições filiadas, que justificava a criação de estruturas de âmbito regional mais representativas; o facto de haver Federações associadas, com um nível associativo superior à União; a necessidade de se constituir numa estrutura representativa que pudesse acolher todas as instituições de solidariedade que

quisessem aderir, independentemente da sua forma jurídica, foram razões suficientes para que começasse a emergir a necessidade de reorganização de toda a estrutura existente e, conseqüentemente, a correspondente alteração estatutária.

Nesse sentido, em Assembleia Geral,



realizada a 7 de julho de 2001, foi deliberada a alteração da União para Confederação, bem como a respetiva reformulação estatutária, ajustada aos novos objetivos, entretanto, definidos.

Assim, através de escritura pública de 23 de janeiro de 2003, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) dá lugar à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Nos novos estatutos estão definidos os fins que a CNIS prossegue, dando sequência à missão da sua antecessora:

- Representar as IPSS;
- Defender e promover o quadro de valores e de interesses comum às, entretanto, denominadas, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- Preservar a identidade destas instituições;
- Acautelar a sua autonomia, sobretudo ao nível da livre escolha da organização interna e áreas de ação, bem como da liberdade de atuação;
- Desenvolver e alargar a base de apoio da solidariedade, quanto à sensibilização para o voluntariado e à mobilização das comunidades para o desenvolvimento social e luta contra a exclusão social;
- Promover o desenvolvimento e apoiar a cooperação entre as IPSS, contribuindo desta forma para o reforço da sua organização e intervenção junto das comunidades.

E se, em 1980, os fundadores consideravam essencial a união e comunhão de todas as IPSS para, assim, melhor responderem às necessidades da comunidade e, ainda, melhor defenderem os seus interesses junto do Estado, os 40 anos de existência da CNIS, do que ela representa e tem feito, comprovam-no na plenitude.

A CNIS, ao longo dos anos, tem crescido e tem consolidado a sua posição como interlocutor privilegiado das IPSS, sendo-lhe amplamente reconhecido o mérito pelo trabalho desenvolvido.

Têm sido muitas, duras e desgastantes as batalhas, especialmente quando a crise económico-financeira que se abateu sobre Portugal

ali pelos anos de 2008, 2009 e 2010 ou, exemplo maior, a pandemia que o país e o mundo vivem atualmente.

Não é de mais lembrar que na crise de 2010, as IPSS foram consideradas pela generalidade das entidades nacionais “a almofada social do país”, um momento muito difícil para os portugueses e que só a ação abnegada das IPSS conseguiu atenuar.

Mas também os tempos atuais não têm sido fáceis e a crise pandémica da Covid-19 exigiu às IPSS e à CNIS esforços redobrados para poderem acudir a quem precisa. Se numa primeira fase, e até pelo encerramento de algumas respostas sociais – como as creches, o pré-escolar e o ATL ou os centros de dia, os centros de convívio ou os CAO para a deficiência, entre outras –, as instituições tiveram que se adaptar e recriar rapidamente para apoiar muitos destes utentes no domicílio ou à distância, no momento atual muitas delas lidam já com as consequências económico-sociais da primeira fase da pandemia. E, uma vez mais, aí estão elas na primeira linha a apoiar quem mais precisa.

Também aqui o papel da CNIS foi essencial, congregando vontades e meios para auxiliar as instituições, por exemplo, com equipamento de proteção individual, na disseminação das recomendações da Direção-Geral da Saúde, dando voz aos problemas sentidos pelas instituições e na defesa do reconhecimento do trabalho das IPSS.

Salvaguardar e robustecer o papel essencial que as IPSS desenvolvem na sociedade portuguesa tem sido a missão da CNIS ao longo de quatro décadas de existência.

No entanto, há problemas, como o subfinanciamento do sector ou as intromissões e inspeções abusivas, entre outros, que continuam a afetar a vida das instituições, apesar dos constantes alertas da CNIS junto dos gabinetes ministeriais e dos departamentos do Estado.

À cabeça das preocupações da CNIS há muito que está a sustentabilidade das instituições, provavelmente, a maior e mais longa batalha da Confederação.

Entre os muitos e significativos contributos da CNIS, ao longo dos 40 anos da sua existência, a participação na elaboração e subscrição do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, a 19 de dezembro de 1996, é, seguramente, um dos mais relevantes, por ter, de certa forma, balizado e estabelecido a articulação entre o Estado e o Sector Social Solidário em termos de ação social e não só.

Este é um momento histórico na relação entre as duas entidades, que este ano assinala 25

anos, sendo que, nos dias que correm, se designa por Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário e tem duração bianual.

É também aqui que a CNIS encontra um dos seus principais argumentos na luta pela sustentabilidade das IPSS, pois emana do documento de 1996 que a comparticipação do Estado às IPSS pelos serviços prestados não deve ser inferior a 50% dos custos, sendo que atualmente se situa perto, mas ainda abaixo, dos 40%.

E se esta luta se prende, acima de tudo, com exigências em manter a qualidade dos serviços, a verdade é que outros problemas crónicos preocupam os dirigentes da CNIS e das IPSS, como seja a reestruturação de muitas respostas e o seu financiamento e a (baixa) remuneração dos trabalhadores.

Para quem dúvidas tivesse, nunca como antes desta pandemia que vivemos foi tão evidente a importância dos dirigentes e trabalhadores das IPSS, sejam técnicos, auxiliares ou outros. A sua abnegação, dedicação, resiliência e competência foram postos à prova e, face a todos os condicionalismos, constrangimentos e incertezas, é impossível pedir-se-lhes mais.

Disso mesmo deu nota o presidente da CNIS, num encontro público, no final de 2020, com o primeiro-ministro António Costa.

Valorizando a abnegação com que dirigentes e trabalhadores das IPSS têm enfrentado “um misterioso vírus que em poucos meses colocou o mercado financeiro em alerta, desacelerou a economia global, modificou os hábitos quotidianos, reavivou medos ancestrais e pôs em xeque os líderes do planeta”, o padre Lino Maia defendeu ainda que “há compromissos e lealdades, profissionais ou voluntários, que não se pagam com ‘salários’, mas com ‘honorários’, quer dizer com reconhecimento social a quem, para além das suas obrigações legais, presta uma atenção de excelência correndo riscos, porque sabe que na relação assistencial não só se joga a dignidade da pessoa atendida (acariciada, alimentada, cuidada, educada, lavada, protegida ou tratada), mas o próprio projeto de autorrealização pessoal”.

Diga-se que, olhando a realidades de países vizinhos e bem próximos, o ataque da pandemia nos lares residenciais das IPSS, sejam elas de terceira idade ou de deficiência, salvo um ou outro caso mais grave, foi bem distinto... para melhor.

E, talvez, senão mesmo, o mais importante é que ninguém foi abandonado. Nas instituições ou no domicílio, fossem utentes ou desvalidos da pandemia, ninguém ficou para trás.

**EUGÊNIO FONSECA**  
*Presidente da Confederação  
 Portuguesa do Voluntariado*



# Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

Quando escrevo este texto de opinião ainda não se sabe das conclusões da Comissão, criada para o efeito, e que era suposto ter terminado o seu trabalho no passado dia 15 de dezembro. Desde que foi anunciada esta meritória tarefa, considerei tratar-se de uma problemática muito complexa para ser pensada em tão pouco tempo. Exige uma complementaridade de diversas abordagens, o que leva tempo a conseguir-se esse desiderato.

Dado que se trata de um desafio que a todos deve envolver, penso que poderia ter outro impacto em termos de determinação política e de maior consciência social, no que à corresponsabilidade diz respeito, se em vez de se enunciar como objetivo geral o combate à pobreza se tivesse ido mesmo para a sua erradicação, pois é disso que se trata, e não de andarmos em constantes lutas que se fortalecem, ou não, conforme os decisores políticos de cada tempo.

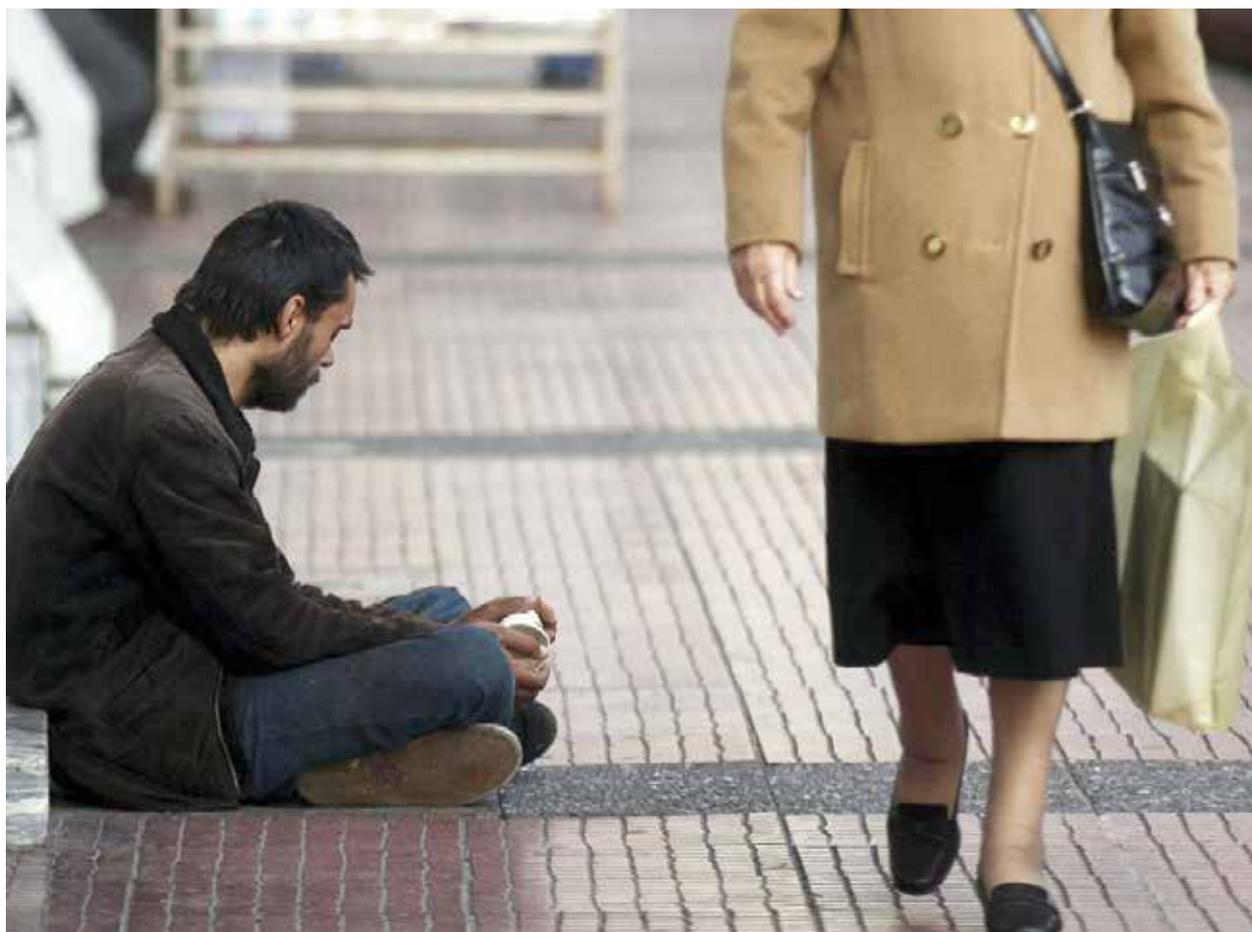
Este tema é muito abrangente para as considerações que poderia fazer neste domínio. Enuncio apenas algumas preocupações: i) é imperiosa a necessidade de otimizar o esforço comum, pois – repito – ninguém se pode colocar de fora da abolição de um gravíssimo problema que é das maiores vergonhas da humanidade. Este envolvimento exige uma cuidada e persistente coordenação e uma intervenção da qual conste o desenvolvimento de um conjunto de atividades que têm como meta a solução dos problemas sociais, pelas várias entidades que atuam no país; ii) esta intervenção tem de ter por base a definição de políticas públicas sociais que devem conjugar as decisões assumidas pelos órgãos de soberania com os processos políticos relacionados com elas; iii) políticas sociais públicas potenciadoras do desenvolvimento local, sem o qual será difícil ir até às raízes dos problemas de pobreza, e não só, que permita uma atuação realista e sistemática. Aqui, têm um papel relevante as Instituições de Solidariedade Social que não se resignem à mera prestação de serviços; iv) Nada disto será possível, nem ainda outras questões que poderiam ainda ser colocadas, se não houver uma cooperação interministerial, pois não haverá qualquer ministério que não tenha contributos a dar para a erradicação da pobreza. Quanto a mim, aqui reside uma das maiores dificuldades de execução de qualquer estratégia.

Aguardemos pelo trabalho da Comissão e, depois, que cada um dê o seu contributo na área em que maior responsabilidade possa ter.

Um dos contributos incontornáveis tem sido e continuará a ser o das IPSS. A sua identidade,

missão e valores apontam para um dos elementos fundamentais que é o da subsidiariedade, permitindo uma maior proximidade às pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social. Esta relação de proximidade tem tido um papel preponderante na minimização das condições de vida desumana de milhares de famílias portuguesas, nas diversas etapas da vida, proporcionando-lhes meios de subsistência, de conforto e de educação dos mais novos, a partir de uma rede de equipamentos sociais e socioeducativos que abrangem todo o território nacional. Ao não fazerem aceção de classes sociais demonstram o seu empenho favorável à inclusão social, conforme os territórios onde se situam. Contudo, há que investir mais na prevenção das causas geradoras de empobrecimento, na diferenciação positiva no que respeita à atribuição de serviços, de modo a contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e a uma maior interação com as comunidades onde as instituições estão inseridas para que possam ser agentes de desenvolvimento socio-local que é um dos pilares mais firmes do desenvolvimento integral e sustentável global.

No próximo dia 15 do corrente mês de janeiro, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) – ao tempo, União das Instituições de Solidariedade Social – completa 40 anos de existência. A história, até aqui, está já contada, de forma muito assertiva e pedagógica, pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Monteiro, publicada em livro, sob o título “Das Confrarias às IPSS, longo caminho das instituições de solidariedade em Portugal (Contributos para a sua História)”, apresentada, há um ano, pela própria em evento realizado pela CNIS. É importante que as IPSS se revejam na sua Confederação e a fortaleçam com os seus contributos, pois os tempos que se aproximam podem ser ainda mais difíceis e precisa-se de uma CNIS forte e unida. Foram já muitos os que se deram para que estes dois imperativos não esmorecessem. Não seria fácil enunciá-los a todas e a todos. Permitam-me, assim, que invoque, com muita gratidão, a memória do Cônego Orlando Costa, que há pouco tempo partiu para o Reino onde impera a solidariedade em plenitude, e que foi o primeiro artífice desta Organização.



HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# CNIS - 40 ANOS

**1** - Tive o privilégio de assistir ao 2º Congresso das Instituições Privadas de Solidariedade Social, realizada no Cinema Estúdio, pertencente ao Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade do Porto, nos dias 14 e 15 de Junho de 1980, onde foi decidido constituir a União das Instituições Privadas de Solidariedade Social – decisão que veio a ser consumada pela celebração da respectiva escritura pública de constituição, em 15 de Janeiro de 1981, e que representa o acto fundador da actual CNIS.

Eu desempenhava então funções no Centro Regional de Segurança Social do Porto, onde dirigia o Serviço de Apoio às IPSS – e fiz parte de um apreciável conjunto de dirigentes da Segurança Social convidados pelo Revº Pe. Marinho Cia, responsável pela organização do Congresso, para assistir aos trabalhos.

Tinha sido publicado pouco antes o 1º Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 519-G2/79, de 29 de Dezembro, nos dias derradeiros do Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, que previa a constituição de uniões, federações e confederações de IPSS – e foi sob esse enquadramento que a UIPSS (como inicialmente se designava) foi criada.

Poucos dias depois desse 1º Estatuto, em 3 de Dezembro de 1980, foi empossado o VI Governo Constitucional, sendo Primeiro-Ministro Francisco de Sá Carneiro, Ministro dos Assuntos Sociais João Morais Leitão e Secretário de Estado da Segurança Social António Bagão Félix – que marcaram de forma muito significativa o que veio a ser a configuração e o futuro deste Sector.

## 2 – Já lá vão 40 anos...

Foi esse tempo de exercício de funções no Centro Regional de Segurança Social do Porto que me permitiu aceder ao conhecimento – e ao reconhecimento - do vasto e pujante universo das Instituições de solidariedade desse distrito - mundo de que estava anteriormente no mais completo desconhecimento.

Foram celebrados, nesse início dos anos 80 do século passado, os primeiros acordos de cooperação entre a Segurança Social e as Instituições de Solidariedade Social, normalmente precedidos de visitas a tais Instituições, para negociação dos termos dos acordos de harmonia com a situação real em cada caso.

Havia então tempo para tudo...

Essa peregrinação per loca sancta foi o meu percurso de aprendizagem sobre as virtudes e as dificuldades das Instituições de Solidariedade; e, se houve coisa que depressa aprendi, foi que o respeito pela identidade dessas Instituições e pela sua afirmação autónoma face aos poderes públicos é a primeira condição para a sua indispensável subsistência como organismos intermédios em sociedades democráticas e para a qualidade dos serviços por si prestados.

Ainda hoje penso o mesmo.

**3** – Começou, em boa hora, a ser executado o programa de vacinação contra a COVID 19 nos lares de idosos.

Seguindo a orientação seguida praticamente em todos os demais países, também as nossas autoridades elegeram os residentes e trabalhadores dos lares para a primeira prioridade do programa de vacinação, de par com os trabalhadores da Saúde

Foi uma opção acertada.

O mesmo não se pode dizer da decisão de remeter para uma 2ª fase as pessoas mais velhas que permanecem nas suas residências, ou dos seus familiares – que constituem a maioria dos idosos, uma vez que apenas uma minoria (cerca de 100.000, nos lares legalizados) é acolhida em estruturas residenciais.

Esta decisão permite perceber a melhor luz a sugestão chocante, avançada a seu tempo no seio da task force comandada pelo ex-Secretário de Estado, Francisco Ramos, de excluir mesmo do programa de vacinação as pessoas com mais de 65 anos não residentes em lar, por não haver, segundo o alegado, evidência científica quanto aos efeitos benéficos da vacina nessas idades.

Esta proto-decisão foi revertida a tempo, tendo o Presidente da República e o Primeiro-Ministro repudiado enfaticamente essa sugestão e desautorizado a task force, como aqui referi na crónica anterior.

Mas, inviabilizado que foi esse caminho cogitado por alguns, a task force acabou por insistir, dando, agora de mansinho, um sinal no mesmo sentido, relegando para a 2ª fase – isto é, para Abril - os mesmos idosos que estiveram para ser pura e simplesmente excluídos do programa de vacinação.

Os últimos dias fizeram-me sentir bem acompanhado nessa crítica ao plano de vacinação que aqui fiz no mês passado – e hoje retomo.

Só no fim-de-semana de 8/10 de Janeiro, quer no Público, quer no Expresso, um conjunto de personalidades ligadas à Saúde, de competência reconhecida, insuspeitas de traição à Pátria, como Jorge Torgal, Maria de Belém Roseira e Constantino Sakellarides, vieram pronunciar-se no mesmo sentido.

São palavras deste último, no Expresso de 8 de Janeiro: “Em termos técnico-científicos, o consenso universal é de que esta vacinação tem como objectivos, pela seguinte ordem, evitar mais mortes, proteger os serviços de saúde e chegar a uma imunidade de grupo. A idade avançada é, de muito longe, o maior risco de mortalidade – aumenta significativamente a partir de 70 anos e dispara a partir dos 80 – e é nesta lógica que estão definidas as prioridades em países altamente diferenciados cientificamente em saúde pública, como o Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos... Todas as pessoas com mais de 65 anos que não estejam em lares ou gravemente doentes ficam praticamente para o fim. Serão vacinados talvez em finais da primavera. E isto não acompanhado



por nenhuma referência bibliográfica que suporte a lógica adoptada.”

E Jorge Torgal, no Público de 9 de Janeiro: “A vacina irá evitar que as pessoas infectadas venham a ter uma doença grave. Vai evitar a morte. É por isso que deveríamos pôr como primeira prioridade os maiores de 80 anos e os profissionais de saúde que estão a trabalhar na primeira linha. Não o geral dos profissionais de saúde, esses deviam vir a seguir.”

Ou os militares, ou os membros das forças policiais – também na primeira prioridade, sem motivo aparente.

Se, como dizem as autoridades, e refere o jornal Público de 10 de Janeiro, morreram 2.254 residentes em lares – das IPSS, das Misericórdias, lucrativos e ilegais - e se morreram, até à mesma data, mais de 6.700 pessoas com mais de 70 anos, como se deduz dos gráficos publicados pela DGS, afigura-se evidente que o número de óbitos de não residentes em lares é, no mínimo, o dobro do que o dos idosos que neles residem.

**4** – Quando sair a próxima crónica, em Fevereiro de 2021, já termos um novo – ou o mesmo - Presidente da República.

Custava-me ver excluídos da possibilidade de participação nas eleições as pessoas residentes em lares.

É certo que a sua participação, nos moldes habituais, seria de concretização complexa.

Como a experiência nos tem mostrado, todos os cuidados são poucos para evitar que o vírus entre nos lares.

Mas o direito de votar é sagrado, nas democracias liberais.

Por outro lado, os mais velhos são, em regra, os menos abstencionistas nas eleições; são os que têm idade para se lembrar dos tempos em que se não podia votar livremente; e são os que construíram o Portugal democrático que se seguiu a Abril.

(São os que se lembram ainda de Marcello Caetano acusar Mário Soares de pôr em causa o bom nome de Portugal no estrangeiro, só por justas críticas feitas por este em Londres à Situação em Portugal.)

Acabo de ler, on-line, a notícia de que as mesas de voto se deslocarão aos lares, para que os residentes possam exercer o seu direito, com segurança para si e para os outros.

Já serviram para alguma coisa os debates!

ENCERRAMENTO E, POSTERIOR, REABERTURA DOS CAO E OS SEUS EFEITOS

# Novo normal mostrou-se muito mais violento e preocupante para as pessoas com deficiência

À semelhança do que se passou com os idosos impedidos de frequentarem os centros de dia e de convívio, também as pessoas portadoras de deficiência sofreram consequências com o encerramento dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) que ainda hoje não foram recuperadas, apesar da reabertura da resposta social no início de junho último. Igualmente, as instituições da área da deficiência tiveram que se adaptar e reinventar para continuarem a apoiar os seus utentes à distância e, tal como todas as outras, com o reinício das atividades presenciais viram os custos crescer, em especial com as exigências sanitárias e os transportes. Os presidentes da Humanitas e da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral deixam no SOLIDARIEDADE o retrato do que foi o encerramento e, posterior, reabertura dos CAO, dois meses e meio depois, com Abílio Cunha a deixar uma, mais do que pertinente, questão: “Gostava de saber o como e quando a população com deficiência será integrada no Plano de Vacinação da Covid-19 [pelos vistos prevista apenas para a terceira fase]”?

Desde que a pandemia de Covid-19 se abateu sobre Portugal, o foco e atenção da maioria das pessoas tem estado nos idosos, provavelmente o grupo de maior risco face à nova doença, mas outros grupos populacionais há que também estão na primeira linha de perigo, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência.

Sem grandes casos trágicos nos lares residenciais, as instituições da área da deficiência tiveram também que se adaptar e recriar para poderem continuar a apoiar os utentes das demais respostas sociais, especialmente os dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO).

Com a resposta suspensa a partir de 16 de março de 2020, à semelhança das creches, infantários e centros de dia e de convívio, entre outras, as instituições tiveram que se reinventar e adaptar o apoio para ser feito à distância. Foi uma paragem de cerca de dois meses cujas consequências têm demorado bem mais a recuperar.

Como refere Abílio Cunha, “o ano de 2020, para as associadas da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) foi um período de constantes adaptações e mudanças em praticamente todas as suas rotinas”.

A pandemia da Covid-19 trouxe ao universo das pessoas com paralisia cerebral “um notório constrangimento a nível de atividades diárias, de acompanhamento na área dos cuidados de saúde e, como quase generalizadamente, também no que concerne aos relacionamentos e à proximidade com amigos e familiares”, afirma o presidente da Direção da FAPPC, elogiando “a forma atenta e interventiva” como as associações de todo o país responderam aos novos desafios.

“Foi uma realidade ingrata para toda a sociedade, mas para as pessoas com deficiência este novo paradigma da Covid-19 mostrou-se muito mais ‘violento’ e preocupante”, sublinha.

Esta é uma situação extensível às pessoas portadoras de deficiência intelectual, que também tiveram que ficar em casa, muitas vezes sem perceberem o que se estava a passar.



Podemos lembrar que os CAO encerraram as suas atividades presenciais no dia 16 de Março e retomaram-nas dois meses e meio depois e, apesar dos jovens apoiados continuarem a ter a presença de retaguarda destas estruturas, verificaram-se perdas irreparáveis que ainda não se conseguiram colmatar, como consequência da inatividade física e intelectual a que estes utentes estiveram sujeitos durante esse período”, sustenta Helena Albuquerque, presidente da Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, acrescentando: “Perderam-se rotinas ao nível do raciocínio, autonomia, higiene e alimentação. Em alguns casos, verificaram-se alterações na saúde física e motora devido à falta de estimulação. E, em termos cognitivos, verificámos algumas perdas

ao nível do vocabulário e da memória em que os utentes apresentavam dificuldade em se expressar utilizando as palavras ou nomes corretos em determinadas situações”.

Segundo a presidente da Humanitas, “a nível da saúde mental dos nossos utentes, os efeitos sentidos com a suspensão da atividade de CAO foram dramáticos, pois alguns não conseguiram perceber o sentido do confinamento, assim como da perda do contacto visual e presencial com as pessoas significativas, resultando num aumento de alterações de comportamento e chamadas de atenção no contexto familiar”.

Também nas pessoas com paralisia cerebral, a inatividade dos CAO implicou sérios danos.

“Vertente fundamental para as pessoas com



deficiência, os CAO sentiram fortemente o impacto desta nova realidade. E, por tal, é legítimo que os clientes e utentes desta valência se ‘queixem’ da forma como decorreu o ano de 2020 e do muito que lhes foi impossibilitado de fazerem”, afirma Abílio Cunha, especificando: “Além do isolamento, que a todos afetou, em relação às pessoas com paralisia cerebral notou-se uma regressão a nível de competências sociais, motoras e cognitivas. Houve uma notória perda de autonomia e aumento de dependência de muitas pessoas com paralisia cerebral”.

Cientes de que esta realidade ganhava terreno, as instituições, tanto da deficiência intelectual como da paralisia cerebral, saíram das instalações e, física ou virtualmente, mantiveram-se junto dos seus utentes, em especial daqueles com retaguarda familiar mais frágil.

Para Abílio Cunha, “descobriu-se um novo mundo das videochamadas e dos encontros pela Internet” e, “só quando foi possível, e com distanciamento ou salvaguardas, se retomaram as visitas”, mas “os meios digitais foram uma grande ajuda neste encurtar de distâncias”.

No universo das instituições associadas da Humanitas, “inicialmente, foram identificadas as situações mais prementes de ajuda, nomeadamente, ajuda alimentar (foram fornecidas diariamente refeições a todas as famílias dos utentes que careciam deste apoio), acompanhamento diário por impossibilidade familiar (foram colocados colaboradores nos domicílios em acompanhamento diário sempre que não existia suporte familiar), apoio na área da saúde, por exemplo, as situações que careciam de apoio da diabetes ou ajuda na administração da medicação foram apoiadas diretamente ou com a ativação de redes de suportes da comunidade, realização de apoios terapêuticos online ou por deslocação dos técnicos ao domicílio e apoio familiar (acompanhamento psicológico e ocupacional do agregado familiar).

Manter o apoio aos utentes e auxiliar as famílias durante a suspensão das atividades de CAO foi o objetivo das instituições, cientes das dificuldades que os agregados familiares atravessavam.

“Cada família, na sua especificidade, foi lidando com as questões relativas quer à pandemia propriamente dita, quer ao relacionamento da mesma com a presença dos seus filhos/representados em casa. Algumas famílias adaptaram-se com grande facilidade, para outras a adaptação foi gradual, mas para outras ainda a situação revestiu-se de contornos dramáticos, havendo ainda, neste momento, sequelas graves da situação gerada pela quebra de rotinas, dos hábitos e ritmos de vida, até ali dados como adquiridos”, reporta Helena Albuquerque, que acrescenta: “Cremos que a nossa proximidade às famílias foi determinante para a

forma como foram vivenciando uma realidade desconhecida e sempre em mudança”.

A estratégia utilizada pelas instituições foi o contacto telefónico semanal, sendo que do outro lado da linha o que mais se ouviu dizia respeito sobretudo “à saturação dos seus filhos pelo facto de estarem confinados em casa”.

Já no universo das instituições da paralisia cerebral, “as principais reações que nos foram chegando, e ainda chegam, das famílias são em relação às incertezas quanto ao futuro”, refere Abílio Cunha, que destaca ainda “o enorme elogio às direções e equipas das instituições” referidos pelos familiares e que o presidente da FAPPC faz questão de retribuir: “Também as famílias, pela forma como encararam tudo, foram um grande suporte e apoio neste complicado período”.

Retomadas as atividades no início de junho, as instituições tiveram que se adaptar novamente, implementando as alterações necessárias ao cumprimento das regras sanitárias impostas.

Segundo Abílio Cunha, no universo das associadas da FAPPC, “tem sido uma constante sensibilização dos clientes/utentes e, também, das famílias, considerando ainda que “a adoção destas novas medidas foi rápida e assegurou, sempre, os devidos cuidados a nível de saúde pública”.

Para Helena Albuquerque, os CAO reiniciaram as atividades presenciais adaptando-se à nova realidade que se vive neste momento.

“Não foi uma adaptação fácil e envolveu da parte das estruturas diretivas e dos colaboradores um esforço muito grande de implementação de novos hábitos, novas rotinas, novas maneiras de estar, a bem da segurança de todos. Houve necessidade de reorganizar atividades, grupos e salas e introduzir novos comportamentos sociais e de exteriorização de emoções”, refere a líder da Humanitas, acrescentando que, “neste momento, a situação está tranquila com exceção dos nossos utentes que realizavam Atividades Socialmente Úteis (ASU) no exterior e que se encontram impossibilitados de continuar este trabalho por indicações da tutela”.

Esta questão já foi levantada pela Humanitas à secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, “chamando a sua atenção para as perdas irreparáveis que estas pessoas estão a ter, tanto no que toca à sua autonomia como à sua inclusão social”.

Aliás, esta não é a única crítica que ambos os líderes das federações associadas da CNIS fazem às entidades públicas, no âmbito da pandemia.

“Desde março têm aparecido alguns casos de infeção por Covid-19 e não podemos deixar aqui de lamentar a postura de algumas autoridades de saúde que, muitas vezes, não têm respondido adequadamente a estas situações, provando desconhecer a realidade e a gravidade que um surto desta natureza pode atingir nas nossas estruturas de apoio. O contacto com os delegados de saúde é muitas vezes difícil e a testagem pouco abrangente”, acusa Helena Albuquerque.

Mas também Abílio Cunha deixa duras críticas, especialmente no que toca à vacinação.

Dando nota da sua preocupação quanto ao futuro, questiona: “Gostava de saber o como e quando a população com deficiência será integrada no Plano de Vacinação da Covid-19? Do que leio do Plano de Vacinação recentemente divulgado, depreendo que as pessoas com deficiência integrarão apenas a terceira fase... O que, no mínimo, é lamentável!”.



O responsável pela FAPPC sinaliza a “prontidão na adaptação das respostas sociais por parte das associações de paralisia cerebral” e lamenta o facto de, genericamente, as pessoas com deficiência terem ficado “votadas a um lamentável esquecimento e sem voz, a nível governamental, que as representasse”.

No sentido de atenuar os efeitos da pandemia nas instituições, também elas sobrecarregadas com custos em termos de aquisição de equipamentos de proteção individual, de produtos de higienização, mas essencialmente no que ao transporte dos utentes diz respeito, ambos os dirigentes reclamam mais meios para poderem apoiar devidamente os seus utentes.

“Em resultado da pandemia é mais do que evidente a necessidade de reforço a nível de recursos humanos para se respeitar o rácio colaboradores/clientes. Por outro lado, verificou-se, também, que este necessário afastamento físico veio confirmar a necessidade de mais e melhor material tecnológico facilitador da comunicação”.

Já para a presidente da Humanitas, “a situação está normalizada”, apontando duas exceções: “Os clientes que ainda se encontram em confinamento nos lares, os que por situação de maior morbidade não têm frequentado os CAO por decisão das famílias e os ASU externos que não têm ido às empresas”.

Perante isto, e para a normalização do funcionamento, Helena Albuquerque considera “ser necessário, fundamentalmente, não haver regras gerais, mas poderem ser tomadas medidas ajustadas às características de cada indivíduo”.

Por outro lado, “o prolongado confinamento nos lares de alguns utentes de CAO está também a ser preocupante, pois começam a apresentar evidentes sinais de abatimento psicológico e depressão devido ao isolamento a que têm sido sujeitos”, aponta.

Com um mais do que provável novo confinamento geral no horizonte – à hora de fecho desta edição ainda nada de concreto havia emanado do Governo –, a presidente da Humanitas defende que, “em caso do confinamento geral, os CAO também devem encerrar”, até porque “é urgente encerrar o país, duas a três semanas para que os hospitais possam recuperar da situação de rutura a que estão a chegar”.

No entanto, “se houver apenas um fecho parcial do país, com escolas abertas, penso que os CAO devem permanecer abertos, até para servir de suporte às famílias”, argumenta a líder da Humanitas, sublinhando: “Há alturas da vida em que o sentimento coletivo deve sobrepor-se ao sentimento individual e este é um desses momentos”.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- |            |             |                             |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE                    | STRONG CHARON TAMPER    | UPK CLIMAMOR                          |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM                 | PAPIRO VALDOC                         |
| VIVAMAIS   | SERDIAL     | BIOSOG                      | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA À TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor (SGPS, S.A.) detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



**STRONG CHARON**  
 Alvarás: A1 A1 B1 C1 C

**CONTACTE-NOS**

**TRIVALOR**

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

# Não vão os idosos às urnas vão as mesas de voto aos lares

O governo, com a anuência do próprio Presidente da República, prepara uma forma jurídica para permitir a recolha dos votos dos utentes em lares de idosos. A ideia é fazer uma extensão do regime que se aplica às pessoas que estão em isolamento profilático, permitindo a votação dos residentes nas ERPI que queiram exercer esse direito no próximo dia 24.

O decreto presidencial do novo estado de emergência prevê essa possibilidade. Assim, a recolha dos votos estará ao abrigo da atual legislação, contornando-se a alteração às leis eleitorais que seria impossível nesta altura de campanha eleitoral. À imagem do que está previsto para quem está em confinamento, alvo de uma lei específica, considera-se que os residentes em lar estejam nessas mesmas condições.

O voto não presencial é matéria que cabe ao Ministério da Administração Interna que terá que encontrar uma forma para a inclusão destes milhares de eleitores.

A lei, publicada no passado mês de novembro, diz que os eleitores que se encontrem em confinamento obrigatório (decretado pelas autoridades de saúde) podem pedir para exercer o direito de voto antecipado, mediante o registo em plataforma digital disponibilizada pela secretaria-geral do Ministério da Administração Interna. O voto será depois é recolhido por elementos da câmara municipal, acompanhados por representantes das candidaturas presidenciais e elementos das autoridades de Saúde. Os boletins de voto devem ficar posteriormente em quarentena de 48 horas nas embalagens utilizadas para o seu transporte.

A Comissão Nacional de Eleições tinha admitido que os idosos institucionalizados podiam ter sido incluídos na exceção para quem está em isolamento devido à covid-19, permitindo votar nos lares, mas lembra que estes não estão proibidos de sair.

Em declarações à Lusa a propósito de uma

notícia divulgada pelo jornal Público, segundo a qual a Comissão Nacional de Eleições (CNE) está a pedir às juntas de freguesia para avisarem os lares de idosos que se mantêm “o direito de sufrágio sem carecer de quarentena ou outras medidas”, João Tiago Machado explicou que as recomendações servem para permitir que estes idosos possam ser transportados até às mesas de voto nas eleições presidenciais de 24 de janeiro, criando-se uma “bolha” de segurança.

João Tiago Machado, porta-voz da CNE, admite que quando se permitiu, como exceção, que quem está isolado por ordens da DGS por causa da covid-19 possa votar e o seu voto ser recolhido em casa, o legislador podia ter-se lembrado dos idosos dos lares que, não estando doentes nem a cumprir quarentena, “não estão proibidos de sair”.

O voto dos mais idosos é matéria que se tornou sensível numa altura em que a pandemia atingiu os números mais altos de sempre.



**SOFTWARE IPSS  
ECONOMIA SOCIAL**



-  + de 40 Aplicações
-  100% de Satisfação
-  + de 900 Clientes
-  **GRÁTIS** Demonstrações sem Compromisso
-  Assistência Remota
-  Formação Presencial

-  **CNT** CONTABILIDADE ESNL
-  **IMO** IMOBILIZADO ESNL
-  **ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS
-  **LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
-  **US** UNIDADES DE SAÚDE
-  **GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
-  **ORD** ORDENADOS

-  **UTC** UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
-  **PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC
-  **PCM** PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
-  **CP** CONTROLO DE PRESENÇAS
-  **ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
-  **ACC** - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

**MORADA**  
Rua dos Guimarães, 2556  
4835-044 Guimarães

ENCONTRE-NOS EM  
**www.tsr.pt**

**TELEFONE** (+351) 253 408 326  
**TELEMÓVEL** (+351) 939 729 729  
**EMAIL** tsr@tsr.pt




COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

# CASES distingue Vieira da Silva com o Prémio Honra à Carreira

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) divulgou a lista dos vencedores do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2020, com destaque para a distinção de Honra à Carreira para José António Vieira da Silva, antigo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Refira-se que a atribuição do o Prémio de Honra Personalidade da Economia Social 2020 a Vieira da Silva é fruto da “nomeação conjunta de várias entidades”, como adianta a CASES.

O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, criado em 2012, destina-se a homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a Economia Social, contando com cinco categorias e um Prémio de Honra.

O grande vencedor da Categoria Inovação e Sustentabilidade é a IPSS do Porto Espaço t – Associação Para o Apoio à Integração Social e Comunitária, com o projeto «Palcos Para a Inclusão».

O projeto vencedor do Espaço t, fruto da parceria com os investidores sociais Câmara Municipal do Porto/Domus Social e SONAE/Fundação Belmiro de Azevedo, leva aos bairros sociais do Porto, Trofa e Maia, durante três anos, 300 atividades realizadas pelos utentes do Espaço t (duas a três vezes por semana a cada bairro).

«Palcos Para a Inclusão» leva o trabalho que é desenvolvido pelos alunos do Espaço t ao nível da expressão artística, a crianças e jovens em risco de exclusão. Desenvolver e melhorar o acesso à cultura e ao lazer nos bairros sociais do Porto, Maia e Trofa, aumentando dessa forma a qualidade de vida dos que neles vivem e o bem-estar social, é o grande objetivo do projeto.

Os alunos do Espaço t são na grande maioria, indivíduos com problemáticas biopsicossociais. Os espetáculos nos bairros são o culminar do seu processo de afirmação pessoal, pois esta afirmação é transferida para a sociedade, permitindo uma ligação à comunidade e um bem-estar emocional pelo entendimento de serem úteis e capazes para a sociedade, pela partilha de momentos de alegria e também por vezes de ansiedade, que culmina numa sólida perceção do ser, aumentando a sua autoestima.

Nesta categoria receberam menções honrosas a CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, pela sua Bolsa de Serviços, em concreto o serviço Jardim’ART, e o Movimento de Defesa da Vida, pelo «Projecto Família».

Na Categoria de Estudos e Investigação, a vencedora é Diana Andreia Santos Queirós, com a tese de mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, do Instituto de Contabilidade e Administração do



Porto, intitulada «Relação entre a Cultura e a Satisfação no Trabalho nas Organizações da Economia Social: um estudo em IPSS da Área Metropolitana do Porto».

Já Teresa Luís da Cunha Rodrigues é distinguida com uma menção honrosa pela tese de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, do ISCTE, intitulada «Contributo para um estudo sobre comércio justo: um olhar sobre a experiência Cabaz Fresco do Mar na Fuzeta».

Na Categoria de Estudos e Investigação na Lusofonia, Déborah Nicchio Sathler é a vencedora pela monografia «30 anos da gravação de Madalena do Jucu: perspectivas históricas e novos alcances».

Catarina Marques, da SIC, vence na Categoria de Trabalhos Jornalísticos, com o trabalho «O Todo é Maior que a Soma das Partes»,

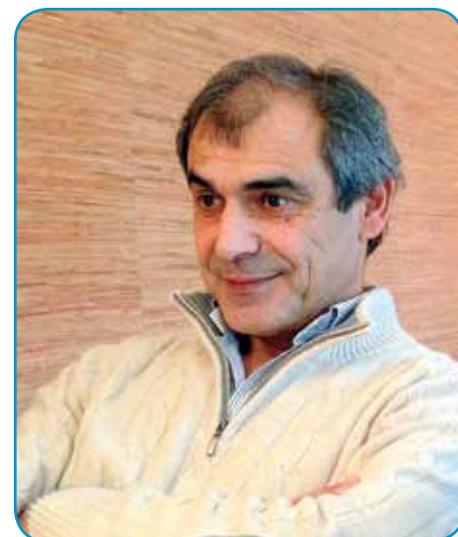
enquanto Catarina Neves (SIC), com «Eu incluo, Tu Incluis, Nós Somos Incluídos», Duarte Baltazar (RTP), com «O Despertar da Ilha e Ana Cargaleiro Santos (Voz das Misericórdias), com «Habitação condigna é o princípio para tudo».

Na Categoria Trabalhos de Âmbito Escolar a vencedora é a EB Enxertos, do Agrupamento de Escolas Caldas de Vizela, com a campanha «Lápis Solidário», tendo a Escola Profissional Mariana Seixas, de Viseu, distinguida com uma menção honrosa pelo projeto «EPMS Inclusão».

Por fim, no Prémio Honra à Capacidade Empreendedora os vencedores, ex aequo, são Frederico Cruzeiro Costa (nomeado pela SEAcoop) e Salvador Mendes de Almeida (nomeado pela Associação Salvador).

A cerimónia pública de entrega dos prémios terá lugar no primeiro trimestre de 2021, em formato e data ainda a definir.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



SOBRE A PANDEMIA

# Um par de conclusões que podemos extrair

Se os planos de vacinação contra a covid19 correrem como previsto, algures entre o meio e o fim do próximo ano, poderemos regressar a uma situação próxima da normalidade.

Pelo caminho ficará um período de quase dois anos de enorme sofrimento para biliões de seres humanos e lamentavelmente para muitos um desfecho fatal. Até ao final de 2020 a pandemia terá ceifado mais de 1, 6 milhões de vidas.

O custo económico da epidemia será enorme. A economia global vai afundar em 2020, recuperar em 2021, mas, provavelmente, só no final de 2022, teremos as economias a regressar aos níveis de pré-covid19.

Obviamente ainda é cedo para tirar conclusões sobre o que se fez bem, menos bem ou mesmo mal na gestão desta catástrofe.

Contudo, há um par de coisas, que não são de somenos, e que já podemos ir avançando com alguma segurança

**1.** A escolha entre a saúde e a economia nunca existiu

A ideia da inevitabilidade da escolha entre mais proteção sanitária e menos economia e vice-versa era falsa como a evidência empírica permite constatar.

O quadro acima, gentileza do Financial Times, mede no eixo vertical o número de mortos por milhão de habitantes. No eixo horizontal mede-se o custo total da pandemia incluindo a perda direta na atividade económica, o custo do suporte estatal à economia e as dívidas que os estados foram obrigados a assumir.

Vemos que países, como Reino Unido ou a Itália, mesmo com custos económicos elevados, não conseguiram evitar um número significativo de fatalidades ao mesmo tempo que países como a China ou a Coreia do Sul registam mortalidade baixa sem incorrer em custos económicos desmesurados.

O que correu bem ou correu mal resultou de inúmeros fatores, mas nunca de uma suposta opção entre economia e saúde.

**2.** As ditaduras e os regimes autoritários não foram superiores às democracias na gestão da pandemia.

A narrativa do populismo de direita dizia que as ditaduras e os regimes autoritários lidam melhor com situações de emergência (como as pandemias) que as democracias liberais. Quando os tempos são sombrios e as perspetivas futuras estão carregadas de nuvens o apelo da autoridade, o fascínio

dos líderes carismáticos é mais forte. Quando estamos mais frágeis estamos mais disponíveis para aceitar limitações aos direitos civis e políticos. Os ditadores ou candidatos a ditadores sabem isso!

Contudo, como o quadro acima abundantemente demonstra, se é verdade que não há aqui um tema de economia versus saúde, também é verdade que a eficácia no combate à pandemia não é uma questão de regime político.

A ditadura chinesa teve bons resultados tal como registaram bons números algumas democracias, por exemplo, a Alemanha, a Áustria ou Taiwan. Da mesma forma, há democracias que saem mal na fotografia, como os Estados Unidos ou o Reino Unido, assim como há regimes autoritários, por exemplo a Rússia, onde a situação é sanitária é desesperada.

Mais que a natureza do regime foi a qualidade da liderança que fez a diferença. Lideranças incompetentes e afastadas da ciência deram maus resultados nos Estados Unidos, no Reino Unido ou no Brasil, assim como lideranças credíveis e ouvidos bem abertos para a orientação científica deram bons resultados na Alemanha, na Coreia do Sul ou em Taiwan. A natureza do regime foi irrelevante para o resultado final.

**3.** Sairemos desta crise com níveis de dívida pública apenas vistos em períodos de guerra ou de crise severa

Segundo as mais recentes estimativas do FMI, o conjunto das economias avançadas terá em 2022 uma dívida pública bruta de 124% do PIB o que representa mais 20 pontos percentuais do que em 2019. Em 2025 o nível de dívida sobre do PIB será sensivelmente o mesmo de 2022.

Se olharmos para o subconjunto da zona euro, a situação é menos gravosa uma vez que se espera um aumento da dívida pública bruta de 14 pontos entre 2019 e 2020. Em 2025 o nível da dívida na zona euro terá descido 4 pontos em relação a 2022.

Contudo, este melhor desempenho global da zona euro oculta grandes disparidades entre os países membros. Estados como Espanha, Itália ou França verão os seus níveis de dívida subir mais de 20 pontos entre 2019 e 2020 com pouca ou nenhuma recuperação em 2025.

Outros, como Portugal ou Grécia, terão aumentos de dívida sobre PIB mais contidos, em parte, porque partiam de níveis que já eram muito elevados.

Se as coisas correrem como o FMI prevê, Portugal, que em 2019 era o 3º país mais

endividado da zona euro, será em 2025 o 6º e terá à sua frente economias como a França, a Espanha ou a Bélgica.

Níveis de dívida elevados e persistentes vão colocar problemas muito complicados até porque a saída inflacionária não parece estar disponível.

**4.** As oportunidades de reforma serão abundantes.

Atribuem a Winston Churchill o aforismo de que é estúpido não aproveitar uma boa crise. Também desta vez, o lastro dos efeitos económicos da pandemia vai abrir um bom número de oportunidades.

Salvo raríssimas exceções, as crises de dívida pública do passado foram resolvidas com revoluções que legitimaram o confisco dos credores ou, então, com modelos de repressão financeira em geral associados a surtos inflacionistas.

Não sei como será neste caso. Seja como for, está aberta uma oportunidade para enfrentar o tema de uma reforma fiscal profunda que é devida há muito tempo e que os níveis elevados das dívidas públicas podem ajudar a empurrar.

Não é que haja muito para inventar. Os problemas são conhecidos há muito tempo e as soluções também. O que tem faltado é vontade política para uma agenda progressiva nesta matéria.

As grandes linhas deveriam ser: a) – tributar mais a riqueza e menos o rendimento; b) – tributação mais progressiva do rendimento; c) – tributação local das transações do comércio eletrónico; d) – um mínimo de harmonização dos regimes fiscais de modo a limitar a capacidade de arbitragem fiscal das multinacionais.

Talvez o aspeto mais contencioso seja a derivação de um sistema fiscal assente na tributação do rendimento e da despesa para um sistema que contenha uma forte componente de tributação da riqueza.

Já existem impostos que tributam a riqueza como é o caso do IMI em Portugal.

Mas não estamos aqui a falar de impostos parcelares sobre tal ou tal componente da riqueza, mas de um imposto sistemático sobre o balanço da fortuna dos contribuintes.

Ninguém ignora que as dificuldades são imensas. Não por acaso poucos países praticam esse tipo de imposição. No entanto, o movimento faz sentido e deveria ser objeto de uma análise séria, sem preconceitos e sem entregar os pontos de antemão antes de estudar seriamente a ideia.

Nalguns países esse trabalho está a ser feito. Voltaremos ao tema um dia destes.



## A sua Instituição precisa de apoio no âmbito do programa PARES 3.0?

### Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

Portaria de 19 de Agosto de 2020 | Despacho nº 9952/2020 de 15 de Outubro, do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Se necessita de apoio técnico no âmbito do Programa PARES 3.0, a **Sogenave tem para si um serviço integrado**, para que garanta um projeto bem sucedido.

Sendo a integração e coordenação dos diferentes intervenientes um dos maiores desafios num projecto com a exigência do Programa PARES 3.0, o **departamento de Food Equipment da Sogenave, com largos anos de experiência e um extenso portfólio de projectos executados**, disponibiliza os seguintes serviços:

#### Consultoria



Projetos de Arquitectura



Projetos de Engenharia



Desenvolvimento de Layouts de Cozinhas e Lavandarias



Mobiliário, Decoração e Design

#### Gestão de obras



Trabalhos de Construção Civil



Fiscalização de obra

#### Equipamentos Hoteleiros



Venda e Instalação de Equipamentos Hoteleiros

O Programa PARES 3.0 tem como objectivo, aumentar a qualidade e capacidade das respostas nas áreas da infância, pessoas com deficiência e população idosa. São entidades elegíveis as IPSS ou instituições equiparadas. O financiamento público tem como limite 80% (restante poderá ser recursos próprios, financiamentos, autarquias, parcerias). São elegíveis, os projectos que criem novos lugares, obras urgentes, obras de ampliação ou reabilitação. A formalização da candidatura é feita mediante apresentação de Projecto. A presente nota é meramente informativa e não dispensa a consulta da documentação oficial emitida pelo Governo Português sobre o tema.



**Tapar o sol com a peneira...**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

RUI NOGUEIRA, ESPECIALISTA EM MEDICINA GERAL E FAMILIAR

# Idosos que estão fora dos lares também precisam de apoios

O especialista em Medicina Geral e Familiar Rui Nogueira defendeu apoios para os mais de dois milhões de idosos que vivem fora dos lares e estão isolados devido à covid-19, para garantir que tenham comida, aquecimento e medicamentos.

Perante o aumento do número de casos de covid-19, o ex-presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar defendeu que as medidas a serem tomadas devem ser “muito restritivas e muito dirigidas à população de maior risco e aos locais de maior risco”. “Temos que desenvolver um apoio muito explícito dirigido às pessoas com maior risco, que são os idosos, quer sejam os que estão nos lares como os que estão em casa”, disse Rui Nogueira.

Ressalvando que a situação dos lares é “um problema grave, porque são idosos e estão muito juntos”, mas são 100 mil pessoas e têm apoio organizado, enquanto fora das instituições são 2,3 milhões que “também estão em risco”.

Alguns vivem com a família, mas muitos vivem sozinhos ou com outro idoso, disse, observando que “o isolamento é bom” para evitar contrair a covid-19, mas, defendeu, “estas pessoas “precisam de apoio no domicílio para que tenham aquecimento, alimentos adequados, apoio para que tenham roupa, apoio para os acompanhar até mesmo nos medicamentos porque não podem sair de casa”.

No seu entender, deve haver uma política dirigida a esta população que enfrenta agora também os efeitos do frio e que, por permanecerem nas suas casas, carecem de apoio.

Já sem a infeção pelo SARS-CoV-2, que provoca a covid-19, disse, “a situação é dramática todos os anos [no inverno], este ano ainda é mais dramático tendo em conta que os serviços hospitalares e os centros de saúde estão muito cheios e, portanto, fica muito difícil responder bem a todas as situações. É uma pressão enormíssima sobre os serviços”, advertiu.

Rui Nogueira salientou que quantos mais casos ativos houver maior é a probabilidade de haver mais casos, o que exige “um isolamento rigorosíssimo e maior quer das pessoas que estão infetadas, e que já tinham de estar rigorosamente isoladas, fechadas no seu quarto, sem contacto com ninguém”, como das outras.

“Temos de fazer uma vida antissocial, contrário a tudo o que é a norma habitual, mas essa é a norma de hoje. O contacto deve ser à distância,

através dos telefones ou pelas vias digitais. Não é possível juntar pessoas de forma alguma”, alertou, lembrando o “mau exemplo no Natal”.

No Ano Novo, apesar de não ter havido festejos coletivos na comunidade, houve dentro da casa de cada pessoa, disse, relatando o caso de uma avó que levou o vírus para casa da família onde foi celebrar a passagem do ano.

Para Rui Nogueira, a situação epidemiológica “é muito preocupante”: “mesmo sabendo que a maior parte dos casos são simples (95%), quando temos 10 mil [por dia] vamos ter uma pressão muito grande sobre os internamentos e especialmente uma pressão muito grande sobre os cuidados intensivos”.

“É expectável que tenhamos muito mais doentes internados e muito mais em cuidados intensivos e nós não temos mais capacidade”, lamentou.

Alertou para a situação dos doentes não-covid, que “são muito mais do que covid”, no sentido de “não haver recursos materiais e humanos para responder a tantos doentes ao mesmo tempo”.

“Ainda não resolvemos a segunda onda e tudo leva a crer que estejamos a iniciar a terceira onda. É uma situação de facto alarmante”, vincou.

“A segunda onda teve uma dimensão quatro vezes maior” do que a primeira e as respostas que houve em março/abril “não foram adequadas”: “Não tivemos a mesma capacidade, a mesma força de resposta”, porque a dimensão foi muito maior “e os recursos eram os mesmos ou menos”.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL